

ATA N.º 3.2/XIII/2024

Sessão Ordinária abril/2024

2ª Reunião – 22/04/2024

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita, realizou-se a segunda Reunião da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Período de Intervenção do Público;
- 2 – Período Antes da Ordem do Dia;
- 3 – Período da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Relatório e Contas do ano 2023;
 - 3.2 - 1ª Alteração à Estratégia Local de Habitação;
 - 3.3 - Redução parcial e excecional das taxas inerentes à emissão de licenças especiais de ruído, durante o período da Feira Regional de Maio e Festas em Honra da nossa Senhora da Boa Viagem, ano de 2024;
 - 3.4 - Contrato de Arrendamento para Fins Não habitacionais de um armazém, sito na Rua dos Corticeiros, n.º 29, Loteamento Industrial da Quinta dos Machados, freguesia de Alhos Vedros;
 - 3.5 - Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Município da Moita nos Diretores de Agrupamentos de Escola – 2024;
 - 3.6 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da alª c) do nº2 do art. 25º da Lei nº75/2013).

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

- Miguel Francisco Amoêdo Canudo foi substituído por Rui Pedro Neto Garcia
- João Daniel Baião de Brito Apolónia foi substituído por Susana Isabel Horta Martins
- Carmen Sofia Pereira Lima foi substituída por Carlos Gualberto da Silva Rodrigues
- João Fernando da Silva Soeiro foi substituído por Daniel José Viegas Serpa
- Eduardo Jorge Meruje Teixeira foi substituído por Ana Cristina Antunes da Costa Marques Ribeiro
- Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, é substituído pela Vogal Tesoureira daquele Órgão, Vera Cristina Marques Beja Valente

Verificação de ausências:

- Após as verificações efetuadas verificou-se a ausência de Ana Isabel Pinto Pereira.

Estiveram presentes os seguintes Membros do Executivo Camarário:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Albino e os Srs. Vereadores Luís Manuel Miranda Amieiro, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Pedro Miguel Dias Pinhal, António Carlos Pedrosa Pereira, Vivina Maria Semedo Nunes, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Pedaço e João Miguel da Silva Romba.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Manuel Rodrigues

Interveio em conformidade com a transcrição infra:

«Porque faltam três dias para que se façam 50 anos do 25 de Abril, e depois de ter estado aqui na última sessão, eu disse que nunca mais interviria nestas sessões, não quero incomodar ninguém, mas depois do que assisti na última sessão, e pelo que passei nas duas últimas sessões, hoje não resisti a vir aqui tirar 2 minutos do vosso tempo.

E eu, quando era miúdo, tinha uma cadela que se chamava Vaidosa, e aos domingos o ardina ia pôr lá o jornal dentro de casa, e a cadela pegava no jornal e trazia à cama do meu pai, e uma das coisas mais bonitas que eu me recordo, era ver o meu pai aos domingos a ler o jornal. Eram jornais grandes, não eram jornais como há agora, eram jornais assim deste tamanho, e então o meu pai pegava no jornal de manhã, e abria o jornal e lia.

Portanto, eu vim aqui uma vez oferecer-me para participar nas comemorações do 25 de Abril. Não me não me convidaram para nada, mas eu fui à inauguração da exposição ali em Alhos Vedros. A exposição que está em Alhos Vedros é uma vergonha para o que foi a história do 25 de Abril.

O Estado não pode ter gosto. O meu pai está lá focado, mas foram convidar a filha do Leonel Coelho para participar com um depoimento e a mim não me convidaram. O Estado não pode escolher as pessoas. Ou convidava os filhos de todos os presos políticos ou não convidava nenhum. Ao convidar uma pessoa, eu sinto-me legitimado para vir aqui dizer-vos hoje o que vou dizer. A única referência que fazem ao Staline Rodrigues no livro, está aqui, é o Chora que fala do meu pai em duas menções vergonhosas, está aqui, portanto a única referência que fazem novo livro ao meu pai é o que aqui está. O meu pai foi o indivíduo da Moita que mais lutou pela democracia. Isto é uma falta de respeito.

E eu dizia ao meu pai que ele não podia ter saído do Partido Comunista para ir para o Partido Socialista, conflituámos muito por isto. Ele devia estar vivo hoje para ver o que é que lhe estão a fazer. Ok? Isto é uma vergonha o que está aqui. Vocês vejam o que dizem aqui, o que é que deviam dizer e porque é que me excluíram das comemorações do 25 de Abril.

Depois, fala-se aqui de muita coisa do 25 de Abril, não se fala da banda filarmónica da Moita, é estranho. Isto é um jornal de há 50 anos. Naquela exposição não está uma coisa que eu tenho aqui, que é o documento da tomada de posse da Comissão Administrativa. Isto é que é história, não é o que está ali aquilo. São 6 painéis vergonhosos e umas cartas do Leonel Coelho para a mulher. Isto é que é história, foi a tomada de posse. E sabem o que é que história? Fui descobrir ontem, é que está tudo na minha casa, para já, está todo o espólio das atas das sessões da Câmara, e isto são os editais para as primeiras eleições livres no 25 de Abril. Quem assinou os editais foi o meu pai. Isto é que é história. Está na minha posse, mas vocês não querem ver, incomoda muito. Eu incomodo muito, eu sei, sempre incomodei, felizmente.

A inauguração estava deserta, não havia lá ninguém, portanto, ninguém lá foi. Nem ninguém do Partido Socialista, nem a minha amiga Eurídice lá apareceu. Não estava lá ninguém, aquilo estava deserto, estava o Presidente e a Vice-Presidente e mais ninguém.

E, nos programas de 25 de Abril estão a anunciar uma visita ao Forte de Peniche. O que é que vão fazer ao Forte de Peniche nas comemorações do 25 de Abril? Vocês sabem quem foi a pessoa que esteve presa no Forte de Peniche durante um ano para estarmos aqui hoje a falar? Foi o meu pai. E eu vou lá estar à espera da malta da Moita nesse dia, e vou almoçar ao Patriarca, que é o sítio onde eu comprava as caldeiradas para levar aos presos políticos, onde o meu pai estava preso, mas eu vou estar à espera desses rapazes que vão todos ver o Forte de Peniche nesse dia. Eu tinha coisas para fazer, mas anulei. Vou esperar que os camaradas que vão a Peniche no dia 27 ok?

Depois, sobre tirar cartazes e pendões, houve uns pendões aí na Moita parecidos com o jornal de há 20 anos, é pá, infelizmente, eu estava ao pé do largo e ouvi um indivíduo mandar a funcionar tirar os pendões. Eu ouvi, pá, e eu não sei como é que estava ali àquela hora, mas achei tão estranho que voltei atrás, e fiz um vídeo que está na posse do Costa, do Faim, do Chora e do Duro, e perguntei à senhora “quem é que mandou tirar os pendões? Foi aquele senhor, é o Presidente”, e eu só fiz aquele vídeo para confirmar isto.

Ó pá uma pessoa, e eu fui diretor de hipermercados, fui diretor do Continente com 800 pessoas, fui diretor da FNAC, eu dirigi pessoas. É que eu não sou o filho do Staline, sabiam? O filho do Staline morreu em 1978. Eu sou o Manuel Rodrigues. Se vocês quiserem saber quem eu sou, e vou-vos fazer um

pedido, registem, 12 de maio, domingo à noite, às 23:00 RTP 2, e vão ver a produção que eu fiz no teatro São Luís, um concerto que eu fiz no São Luiz. Vejam que eu fiz ao longo da vida, ok?

Por fim, um indivíduo quando é responsável por uma coisa, não pode mandar um funcionário tirar um cartaz, tem que falar com a chefia para a chefia mandar tirar o cartaz. Quando nós ultrapassamos as chefias não sabemos gerir pessoas, e quando dizemos que a culpa foi das chefias que mandaram tirar os cartazes, é pá, não podemos estar nos lugares que estamos. A responsabilidade não se delega. Nunca se pode delegar a responsabilidade. Nós somos responsáveis por aquilo onde estamos e temos que defender sempre as nossas equipas. Quando não se faz isso estamos a mais.

Eu amanhã vou estar às 15:00 numa escola de Alcochete, e estou aqui a ler o jornal, porque eu agora já estou na contracapa do jornal, estão a ver? Aqui, na contracapa do jornal, diz que vou estar às 15:00 em Alcochete, a falar sobre o 25 de Abril com o João Paulo Diniz, vou estar ao lado do homem que leu a senha para o 25 de Abril. Vai ser um orgulho enorme estar numa escola de Alcochete, vou estar quarta-feira na escola da Ajuda, vou estar na segunda-feira, dia 29, na escola de Caneças. E, vejam bem, que que, na quinta-feira, dia 25 de Abril, vou estar na no Barreiro para receber uma medalha de bravura e altruísmo pelo meu pai.

A Câmara do Barreiro vai dar uma medalha ao meu pai e eu, lá, vou receber a medalha. Na Moita, não recebi a medalha, pedi ao meu filho para receber a medalha, porque eu, naquele dia, vi e percebi o que é que estava a acontecer na Moita. Portanto, eu, na Moita não recebi a medalha, mas dia 25 vou receber a medalha do Frederico que, por acaso, foi o primeiro treinador de basquete do meu filho, e o meu filho foi campeão de basquete 3 anos no Barreiro.

E depois, trago aqui uma outra fotografia que vocês têm que conhecer, porque esta fotografia é linda. E isto aqui é uma fotografia do meu pai e do Gravatinha a colar cartazes em 69, e o Brito de Sousa não mandou tirar os cartazes. O Gravatinha e o meu pai a colar cartazes em Sarilhos. Os cartazes não foram tirados. E agora, vou-vos mostrar uma fotografia que eu hoje fui ali ver, que é linda, linda, linda e que vocês têm que conhecer. Esta fotografia que aqui está, que devia estar em Alhos Vedros, é o Malheiro e o eu pai a dirigir o comício da Capricho Moitense em 1969, onde é agora o armazém da sede do PS. Isto era o palco, havia um palco na Moita. Havia um palco onde se faziam espetáculos aqui no livro falam só do Afonso Madeira fazer as maravilhas. Neste palco da Capricho vieram as melhores orquestras de Espanha animar os carnavais, a banda tocou, aqui fez-se teatro. O Luís Chula, a Letinha, tanta gente, o Afonso Madeira, fizeram teatro na Moita. Em Almada, há quarenta grupos de teatro, na Moita não há, há aí uma coisinha que estão a dar 400 euros por mês, fazendo conta que estão a fazer teatro, e fizeram aquela desgraça ali no largo, que aquilo é uma coisa impossível de se aturar.»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao senhor Manuel Rodrigues o favor de terminar.

Sr. Manuel Rodrigues

“Vou acabar, precisamente, isto está mesmo tudo como deve ser.

Por fim, eu mandei um mail a pedir desculpa, e a repor a verdade a todos os técnicos da Câmara, porque tenho vindo a ser ofendido aqui. Mandei um mail, espero que com esse mail, já seja um cidadão de novo da Moita, ok?

E, por fim, só quero dizer o seguinte, faltam 3 dias para o 25 de Abril. Eu, a primeira vez, que vim aqui intervir, por acaso, não sabia que havia resposta e provocaram-me logo nesse dia e eu tenho vindo aqui atrás das provocações. Eu acho que, neste momento, não temos Presidente da Câmara, portanto, eu pedia ao Carlos Albino que, neste momento, o que resta é demitir-se para sair bem do que fez até agora. É a única saída que há. Eu demiti-me uma vez de Presidente da Associação de Jovens Empresários, não tive capacidade para aquilo, demite-me, é o que fazemos. Neste momento, não temos Presidente, já ninguém apoia. Eu estive em Alhos Vedros, é um deserto, portanto, já ninguém apoia.

E vou dizer uma coisa que custa dizer, mas vou dizer, eu vou sair daqui e vou-me embora e não vou ouvir pelo seguinte, a última vez que vim aqui fui ameaçado por um indivíduo que me ia partindo os vidros, e na semana passada, e é por isso que eu estou aqui hoje, na semana passada, eu estive ali em cima e estive a ser pressionado, por indivíduos que estavam lá na parte de trás, e quando tive que sair por ali fui apertado contra a parede, quase que não passava porque estava ali um indivíduo. E, uma rapariga que está lá em cima, passou o tempo atrás de mim a ler o que eu escrevia, pôs-se ao meu lado, sentou-se ao meu lado, e eu não posso ser pressionado como fui pressionado na minha terra. Vocês têm que proibir aquelas pessoas de estar lá em cima, elas são funcionárias da Câmara vão para ali, não é estarem ali a pressionar as pessoas.

Eu tenho que zelar pela minha saúde, pela minha integridade, tenho uma filha para criar, ia sendo morto, ou sei lá o quê, na outra vez, está ali uma câmara que podem ver quem é que veio cá fazer isso, e a última vez foi vergonhoso. Os assessores da Câmara não podem estar ali a pressionar as pessoas, e aquela rapariga que está ali, que não sei quem é, não se pode pôr atrás das pessoas a ler os telemóveis, a meter-se ao meu lado. Eu tenho 64 anos, eu desde criança que luto pela liberdade na minha terra a dia. Há dias, alguém me dizia, não peças respeito pelo teu pai, pede respeito por ti.

Eu estive a ver hoje as minhas participações do IRS, nos últimos 20 anos, o mínimo que declarei foi 60000 euros por ano, sabem onde? Na Moita. Eu vivi em Lisboa, no Barreiro, mas sempre tive a minha residência fiscal na Moita. Eu sou um dos melhores contribuintes que a Moita teve. Tive anos de declarar 150000 euros.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Mais uma vez, pediu ao senhor Manuel Rodrigues para terminar, porque já vai em 10 minutos e ainda estão mais 9 pessoas para falar.

Sr. Manuel Rodrigues

“É pá, vocês não cortam o tempo a ninguém senão a mim. Duro, peço desculpa, gosto muito de ti, mas estive aqui no outro dia a falar, toda a gente fala, vem o Lobo, com papéis, com discursos, só o Manuel Rodrigues é que não pode falar, mas eu peço desculpa, também já disse o que tinha a dizer.

Vou-me embora porque tenho medo de ir lá para cima, tenho medo de ficar aqui e tenho, neste momento, um segurança meu ali á porta com carro para me ir embora.”

Sr. Paulo Franco

Intervio em conformidade com a transcrição infra:

«As minhas palavras são para o senhor Presidente, e para o informar que foi com regozijo que constatei o seu apreço pela liberdade, e que esta é uma das casas da democracia. No entanto, eu, como Paulo Franco, tenho que questionar as suas últimas palavras, e que, como de certo sabe, é um direito que assiste todo e qualquer cidadão, o direito ao contraditório, e que se resume apenas a um esclarecimento acerca das suas palavras a respeito da minha intervenção na última sessão, que foram estas: “a sua intervenção foi um ato de liberdade, aqui na Casa de liberdade, apresentou um conjunto de afirmações infundadas”.

Imediatamente, assomaram-me à mente as palavras de Aldous Huxley, “a ditadura perfeita terá a aparência da democracia, uma prisão sem muros na qual os prisioneiros não sonharão sequer com a fuga.” Pois bem, senhor Presidente, existe uma radical diferença entre afirmação e questão. A segunda, inclui a possibilidade do contraditório e, por silogismo, facilmente percebemos que questionar é um ato e uma ação democrática.

Segundo as suas palavras, esta é uma Casa de liberdade, assim, peço, novamente, clarificações. Pergunto se o seu executivo está a par dos problemas do dia a dia dos seus municípios, problemas do cidadão comum, que não conhece, tal como eu, todo o panorama municipal. Problemas, talvez pequenos, à vista de outros, sem dúvida, gerir uma Câmara é extremamente complexo e ninguém o duvida.

Como eu digo, são problemas pequenos, talvez à vista de outros, arruamentos, o trânsito pesado a circular em vias que não foram dimensionadas para tal, como, por exemplo, a rua Da Paz, caixotes de lixo danificados, lixo espalhado por tudo que é lado, um cheiro nauseabundo por toda a vila da Moita, e os caixotes que existem são em número insuficiente.

E é tudo isto. Um tudo que parece escasso, mas, no entanto, é o dia a dia de cada um dos municípios. Eu sei que existem competências que excedem o poder autárquico, mas fica a minha pergunta.

Em qualquer situação embaraçosa, ou constrangedora, que exceda a responsabilidade municipal, poderemos contar com o seu executivo para agilizar soluções, utilizando os meios adequados? Se tal é assim, então, senhor Presidente, não existem afirmações infundadas, talvez existam clarificações não prestadas, que levam a interpretações livres e a muitos mal-entendidos.

Da minha parte, senhor Presidente, desejo-lhe um bom trabalho e boa sorte, porque é preciso ter sorte também. Porque, claramente, lhe digo, qualquer falha do vosso executivo é também uma falha minha, porque sou município e tendo a olhar por mim, e por todos os outros, no bem comum.»

Sra. Vanda Figueiredo

Intervio em conformidade com a transcrição infra:

“O meu nome é Vanda Figueiredo e sou dirigente sindical do STAL.

Este ano, comemoramos os 50 anos da revolução do 25 de Abril de 1974, data histórica em Portugal, da libertação do povo e do país da ditadura fascista.

Comemoramos os valores de Abril e as suas conquistas que, ao longo destes 50 anos têm sofrido vários ataques e tentativas de destruição por parte de alguns que, até hoje, não perdoam o seu significado de democracia e liberdade.

Quando, tantas vezes, ouvimos os membros desta Assembleia dizer que o 25 de Abril é de todos, não, não é.

O 25 de Abril não é daqueles que não respeitam os seus valores, que não respeitam a democracia, que, no dia a dia, contrariam tudo o que foi conquistado através da Revolução dos Cravos.

O 25 de Abril não é de quem não respeita a liberdade sindical e retira, constantemente, propaganda sindical.

O 25 de Abril não é de quem tenta impor programas oficiais de fingimento de comemorações e boicota, descaradamente, um desfile popular, mandando também retirar a propaganda afixada.

O povo quer e vai sair à rua, tal como aconteceu naquele dia histórico, em 1974, o povo saiu à rua, o povo participou na revolução, e no dia 25 de Abril de 2024 o povo sai à rua em desfile nas ruas da Moita. E não vão ser atitudes antidemocráticas que farão com que não aconteça.

Estamos aqui para repudiar a atitude deste executivo municipal do PS, de mandar retirar as faixas e pendões do STAL, do 25 de Abril e do 1º de Maio, e as faixas da comissão promotora do desfile do 25 de Abril da Moita.

Estamos aqui a exigir que reponham as faixas retiradas, e que respeitem os valores de Abril.

Por muito que doa a alguns dos presentes, vivemos num país democrático, com uma Constituição que garante a liberdade sindical e a liberdade popular de expressão.

Não queremos respostas vãs, inverdades, nem histórias para desviar a atenção do assunto em questão para responder a esta intervenção.

Queremos que se cumpra o 25 de Abril.

Queremos que, amanhã, as faixas e os pendões estejam colocados nos sítios de onde os mandaram tirar.

Os trabalhadores e o povo do concelho da Moita, continuarão a defender as conquistas e os valores de Abril, e não aceitaremos, nunca, que a arrogância, a prepotência e a atitude antidemocrática deste executivo municipal do PS, destrua o significado da Revolução dos Cravos.

Viva o 25 de Abril.”

Sra. Susana Vasques

Intervio em conformidade com a transcrição infra:

“Sou da freguesia de Alhos Vedros, moro na urbanização da Vila Verde, e venho em meu nome pessoal e de vários vizinhos, apontar os diversos problemas dos moradores desta zona.

Precisamos que façam o corte de ervas por todo o bairro. Na semana passada, uma freguesa eleita na Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros, fez um post no Facebook, sentada num banco, dizendo que, em Alhos Vedros, até os bancos davam flores. No dia seguinte, cortaram todas as ervas daquele quarteirão, mas todos os outros ficaram para trás. A Câmara só faz o que lhe compete quando alguém reclama nas redes sociais?

Dou, como exemplo, a rua Afonso Gomes. Quem vem no sentido para entrar no Bairro Gouveia, nem consegue ver os carros que vêm da Azevedo Coutinho, a quem têm de dar prioridade, de tão altas que estão as ervas.

Também nas traseiras da minha casa, praceta entre a rua Gonçalo Anes da Ponte e a rua Gil Eanes, as ervas estão enormes, com a agravante das sarjetas estarem cheias até cima das folhas que caem dos sobreiros.

É de reparar que não estão todos os prédios construídos, alguns terrenos estão totalmente, ou parcialmente, vedados, pelo que cumpre exigir aos proprietários que limpem os seus próprios terrenos.

Também é um perigo circular nesta zona, uma vez que tem existido várias ruturas de condutas de água e abatimentos de piso, que levam semanas até serem devidamente reparados. Vão pondo sinalizações

de perigo, algumas vermelhas, a indicar os buracos e ali ficam. Mais uma agravante, tem como consequência indireta, que se tenham verificado mais acidentes em diversas ruas e cruzamentos.

Outro problema que nos aflige é a limpeza urbana. No quarteirão onde moro, existem 9 prédios construídos e 5 por construir, mas existem 2 ecopontos, têm no total 4 caixotes do lixo orgânico, 4 caixotes azuis, 4 caixotes amarelos, 2 verdes e um oleão. Não havia necessidade de ter tantos caixotes, o que precisamos mesmo é que as recolhas de lixo sejam feitas com uma frequência maior, para que o lixo não fique, nestes pontos tanto tempo.

Um outro problema que temos é a mobilidade. Consequência da falta de resolução em algumas obras na Moita, o autocarro que poderíamos apanhar no Bairro para ir para o Barreiro, chega a passar com mais de 20 minutos de atraso, ao ponto de ir tão atrasado que nem consegue cumprir depois o horário de partida no Barreiro, a quem quer vir para a Baixa da Banheira, Alhos Vedros ou Moita. O que pensávamos ser uma alternativa ao comboio, verificou-se um fiasco. É a carreira 4604.

Por último, também grave, é o problema de estacionamento.

Na rua Gonçalo Anes da Ponte não foi permitido fazer o estacionamento em espinha no lado direito, devido à passagem de autocarros.

Na praça atrás da minha casa, que já referi anteriormente, aquando do seu arranjo, teve que se manter o acesso às garagens dos prédios da rua Gil Eanes, bem como tiveram que manter 3 sobreiros, o resultado é que, para estacionamento, ficou muito pouco. Quem chega às 18 ou 19 horas já não tem local para estacionar em nenhum destes locais.

A solução, muitas vezes, é recorrer ao terreno que está entre a rua Gonçalo Anes da Ponte e a rua Afonso Domingues, que, pelo que sei, nunca teve projeto para a construção de prédios, mas também não têm infraestruturas de iluminação, a entrada para o terreno é acidentada, que também constitui um perigo para quem lá tem que estacionar. Gostava de saber se existe algum projeto para mais estacionamento naquela zona, e se os prédios que estão por construir, se vão ser dadas licenças para terem garagens.

Na campanha, tudo fazia falta. Nada havia sido feito em 40 anos, diziam os senhores. Prometeram fazer melhor, não é o que se verifica. Nunca se viveu tão mal nesta freguesia, no que diz respeito aos serviços camarários a que as populações têm legítimo direito.

Queria só terminar por dizer, que me sinto envergonhada por perceber que um executivo camarário, que se diz socialista, além de não apoiar o desfile popular do 25 de Abril, ainda tenho ordenado a retirada de cartazes ou pendões.

Já nasci na liberdade que o 25 de Abril me proporcionou, mas agora vivo num município fascista, e tenho pena.”

Sr. Luís João

Intervenção em conformidade com a transcrição infra:

“Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal

Na última Assembleia Municipal, foi aprovada uma moção para que a Câmara Municipal procedesse à reposição dos pendões e faixas do desfile popular dos 50 anos do 25 de Abril na Moita, da comissão promotora.

Agradecia, ao senhor Presidente, que esclarecesse o porquê de tal não ter sido concretizado.”

Sr. António Costa

Intervenção em conformidade com a transcrição infra:

“Na última reunião pública, foi pedido ao senhor Presidente Carlos Albino, que houvesse intervenção numa tampa de esgoto na Rua dos Espanhóis, nº 12, freguesia da Moita, pois, é muito incómodo o barulho para quem ali vive, devido à mesma se encontrar solta. O senhor Presidente respondeu, que a intervenção era fácil de resolver, até hoje nada foi feito.

Sendo que, o executivo anterior, deixou cerca de sete milhões positivos e, neste momento, o saldo do executivo em exercício é de nove milhões negativos, calculo que o problema seja por falta de verba.

Assim sendo, venho aqui deixar a matéria-prima que dá para várias intervenções a nível de tampas de esgoto, porque a mão de obra o município tem. Está aqui a matéria prima para as tampas de esgoto.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedir o favor, aos serviços da Assembleia, que retirassem aquele objeto (pneu) do púlpito.

Sra. Rosa Marques

Intervieio em conformidade com a transcrição infra:

“O que me traz aqui hoje, é a pintura da passadeira na rua Florbela Espanca, há cerca de 1 mês. Sendo esta passadeira a única no bairro da Quinta da Fonte da Prata que foi pintada, pretendo saber se pretende ir pintar uma passadeira no bairro, de longe a longe, ou se aquela rua é especial em relação a todas as outras que existem no bairro.

A rua Florbela Espanca deve de ser mesmo, mesmo especial, porque é pensada, e muito bem, a segurança das pessoas. É pintada a passadeira, tira-se um lugar de estacionamento, mas não se pense em algo perigoso, e que coloca as pessoas em perigo. Existe, em cerca de 120 metros, onde existe um estacionamento que são um autêntico barril de pólvora, pois as ervas têm à volta de 1,30 metros e estacionam lá à volta de 50 carros.

Para quando está prevista a limpeza, desmatação, ou o que lhe queiram chamar, junto desse estacionamento que fica do lado do charco?”

Sra. Helena Pereira

Intervieio em conformidade com a transcrição infra:

“Senhor Presidente, sou Helena Maria Pereira, resido na rua Eça de Queirós, nº 42 e 44, nas Arrozeiras. Estive aqui na última Assembleia e o senhor não me respondeu às minhas questões. Mandou-me fazer um requerimento, tirar fotos, falar com os vizinhos. Não o entendi, não percebi as suas respostas.

Senhor Presidente, mais uma vez, lhe vou fazer as mesmas perguntas, e o senhor tem a obrigação de responder aos seus munícipes, por isso foi eleito pela população deste concelho. E passo a referir:

1º Posso colocar vasos no passeio em frente à minha casa?

2º Posso colocar pneus com baldes cheios de areia no passeio em frente à minha casa?

3º Se pedir à Câmara Municipal da Moita para pintar uma lista amarela na estrada, em frente da minha garagem, será feita só nesse espaço ou em frente de toda a casa?

4º Posso colocar um ferro branco, no passeio, junto à minha porta?

5º Os lancis do passeio, entre o nº 40 e o final da rua, estão em péssimo estado, para quando seu arranjo?

Há 2 meses, informei o senhor Presidente, que o contentor do lixo doméstico na rua Miguel Tiago está partido, e as pessoas têm muita dificuldade em abrir a tampa. Como, até agora, nada foi feito para quando a sua substituição, que é uma responsabilidade da Câmara Municipal da Moita?

Senhor Presidente, foi aprovada na última Assembleia, uma moção para que o senhor mande recolocar os pendões e as faixas do desfile de Abril e do 1º de Maio, retiradas por trabalhadores desta Câmara por sua ordem. Até hoje, ainda não foram recolocadas. Porquê?

Então, o senhor Presidente da Câmara, já não respeita o que se decide na Assembleia Municipal, órgão deliberativo máximo deste concelho?

Fico com muitas interrogações.

25 de Abril sempre.

Fascismo nunca mais.”

Sr. Eduardo Rocha

Intervieio em conformidade com a transcrição infra:

“Um pequeno aparte, as pessoas que têm vindo aqui intervir, acabam por, quase, ser as mesmas da última Assembleia, e isto só acontece porque as pessoas, de facto, não ficam esclarecidas com as questões que põem. Os munícipes vêm aqui, levantam questões, e depois as respostas, quando são dadas, não são dadas respostas, são não respostas, e, há aqui uma questão, senhor Presidente da Mesa da Assembleia, que eu lhe pedia um favor.

Eu, quando intervirm aqui, na última Assembleia, intervirm como munícipe, não como autarca. Eu, como autarca, tenho um lugar onde falo e dirijo os trabalhos. Aqui, falo como munícipe, portanto, as respostas que me hão de ter que ser dadas é como munícipe e não como autarca. Agradecia, que o senhor Presidente corrigisse essa questão.

É que eu fiz uma pergunta soube, como se tinha ouvido falar, que havia uma dívida da Câmara à EDP, e essa era uma das razões que atrasava os trabalhos da abertura da piscina, porque a EDP não ligava ao ramal por haver essa dívida. E, eu não fiz comentário em lado nenhum, não disse a ninguém, não fiz

post no Instagram , no Tiktok, seja naquilo que fosse, e achei que o local exato para levantar a questão seria onde estava o senhor Presidente da Câmara, e que me podia esclarecer. Sim ou não, era simples. Enrolou, enrolou, enrolou, e acabei por não perceber se há dívida, se não há dívida, se é mentira, se não é. Se não é, basta só dizer não existe dívida, isso é uma falsa notícia, não vale a pena espalhar a notícia, e ficavam esclarecidos.

Perguntei sobre a questão do painel eletrônico que estava no cais, junto ao tabuleiro, que não estava lá. Perguntei se tinha sido vandalizado, se tinha sido retirado para manutenção, se era para novas valências, e fiquei sem saber.

Há uma questão, que eu não falei no outro dia, mas agora pergunto, gostava de saber em que ponto se encontra a situação do famoso buraco no final da rua de São Sebastião, entre a rua dos Marítimos e a marginal. É que, para além do problema do buraco, que vai continuando, há um problema agora a acrescentar, o cheiro nauseabundo que, muitos dias, de manhã, nós saímos à porta e parece, desculpem a expressão, parece que cagaram no mundo, é um cheiro a fezes e urina que não se pode, portanto, para além do problema do buraco, há outro problema. Há ali esgotos que estão ligados a sair ao ar livre.

Senhor Presidente, eu tive o cuidado de enviar uma fotografia para a aplicação Moita+Próxima, em que se nota a sair do esgoto, a fotografia mostra, que existe movimento da água de esgoto a sair na conduta que, supostamente, seria das águas pluviais, e essa conduta está fora de serviço, foi cortada totalmente. Portanto, agradecia que fosse tomada alguma medida, porque não sei se é a estação elevatória que tem os motores avariados, e que o ladrão que vai para o pé do centro náutico, já não vai para o centro náutico e vem sair ali na muralha naquele esgoto.

Por fim, e aqui dirigir-me ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia, se pôs em prática, se levou para a frente, a recomendação que foi feita na Assembleia Municipal da colocação dos pendões, no largo da Moita, sobre o desfile do 25 de Abril.

Acho que, se o senhor Presidente da Câmara, mandou retirar, e há testemunhas que ouviram o senhor Presidente dizer para retirar os pendões, e nesta Assembleia foi decidido pedir à Câmara para repor, até hoje ainda não os vi lá.

Era só, muito obrigado, e desculpem ter que voltar a intervir, acho que não há necessidade, acho que temos mais pessoas com mais problemas, e dar a ver a todos para não sermos sempre os mesmos.”

Sra. Dora Silvestre

Interveio em conformidade com a transcrição infra:

“Estou aqui, mais uma vez, pois a resposta dada pela senhora Vereadora Anabela Rosa não foi clara, e nem respondeu ao que foi enviado ao senhor Presidente da Câmara, e ao que eu questionei na última Assembleia.

Bem sei que a senhora Vereadora deve ter muitos pedidos de mobilidade, quer intercategorias, quer intercarreiras, no entanto, possivelmente, a senhora Vereadora não tinha conhecimento do meu pedido, pois o senhor Presidente da Câmara não a deve ter posto ao corrente da minha situação, daí não conseguir ser clara e concisa na sua resposta.

Também eu percebo o porquê da não resposta. O senhor Presidente tem alguma aspereza pela minha pessoa, o que faz com que queira tratar do assunto unilateralmente.

O que é importante hoje saber, é quais são os critérios utilizados pelo senhor Presidente da Câmara, e o restante executivo, em deferir ou indeferir os pedidos de mobilidade, seja ela qual for. feita pelos trabalhadores.

Coloco a questão hoje. Ao longo deste mandato tenho visto muitos trabalhadores terem a sua mobilidade, quer seja ela intercarreiras ou intercategorias, tal como a senhora Vereadora disse na última Assembleia.

Exemplo disso, são 2 trabalhadores que entraram em concursos para assistentes operacionais e, após o período experimental de 3 meses, tiveram entrada direta para a mobilidade intercarreiras.

Um desses trabalhadores passou a ser o secretário da senhora Vice-Presidente da Câmara, e a outra trabalhadora para técnica superior no Gabinete de Informação e Relações Públicas e Protocolo desta Câmara.

Não condeno essas mobilidades, pelo contrário, acho que se deve valorizar os trabalhadores, mas não é fácil perceber como é que estes trabalhadores, que só estiveram 3 meses a trabalhar numa função, a qual não é a que estão a exercer.

Posso até compreender alguns outros fatores, mas para que esses trabalhadores possam exercer essa mobilidade, todos os outros trabalhadores, que têm habilitações e têm experiência profissional, e tendo mais de 20 anos de trabalho nesta autarquia, deveriam ter também uma entrada imediata, pois os mesmos são de conhecimento fundamental, e têm informação de como funciona a gestão dos procedimentos autárquicos, e como funciona a própria gestão dos serviços, e estes ficam à margem do interesse público de mobilidade, trabalhadores esses com habilitações que lhes permite pedir a mobilidade.

Também é verdade, que o modus operandi do senhor Presidente, é abrir concursos nas categorias de assistentes operacionais e depois colocá-los em outras categorias, o que, na minha opinião, deixa os serviços operacionais deficitários, como as pessoas que concorrem não são avaliadas de forma justa, para o concurso que estão a concorrer.

Quero ainda dizer, que é com alguma indignação que oiço a senhora vereadora Anabela Rosa, dizer que o assunto que eu coloquei na Assembleia passada não é tema para trazer aqui, mas, senhora Vereadora, todos os assuntos que dizem respeito a trabalhadores também são de interesse da população e das bancadas aqui presentes.

E, por falar em bancadas, tenho a dizer que, é com muito espanto que vejo que só uma bancada dentro desta Assembleia se manifestou perante aquilo que eu falei, e perante os direitos de os trabalhadores virem aqui se manifestar. É lamentável ter sido só uma bancada, pois demonstra que, o respeito que se diz ter pelos trabalhadores, nada mais é que um suspiro de vento.

Posto isto, gostaria que o senhor Presidente da Câmara me responda, e agora passo a citar algo que o senhor Presidente gosta dizer muito em reuniões e assembleias, que é, diga-me, com toda a frontalidade, olhos nos olhos, qual o seu critério para o indeferimento do meu pedido, e espero que o diga claro, conciso, porque é uma resposta que eu pedi na Assembleia passada.

Por último, gostaria de perceber qual é o sentido e o significado que o senhor Presidente tem para interesse público.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Terminando a intervenção do público, e como Presidente da Assembleia, queria só fazer três reparos.

Um, quanto ao senhor Eduardo Rocha, que não percebeu, porque diz que veio aqui como munícipe e não como autarca. Naturalmente, quando vem aqui, vem como munícipe, é claro. Depois, sobre outra coisa que também foi dita quer pelo senhor Eduardo Rocha, quer pelo outro senhor, a quem pede desculpa, mas não fixou o nome, sobre a moção que foi aqui aprovada para repor os pendões, e sobre o que é que fez, enquanto Presidente da Assembleia, porque os pendões não foram ainda repostos, dizer que a Assembleia Municipal não tem capacidade executiva.

Está aqui a Câmara Municipal e, normalmente, os munícipes dirigem-se ao Presidente que está a dirigir os trabalhos, mas as questões que colocam são questões ao executivo da Câmara, portanto, não pode fazer mais do que isso. Colocou a moção à admissão e votação, foi votada, e não compete à Assembleia Municipal, nem retirar nada, nem pôr nada, naturalmente, como compreenderão.

Depois queria dizer que, quanto a si, houve aqui, hoje, alguma linguagem excessiva e incorreta. E, especialmente, uma senhora que esteve sempre muito calma, interveio e colocou as questões muito claramente, mas depois, chamar fascista a um órgão democrático não é correto, por mais adversário que seja, partidariamente. Acha de uma extrema incorreção, e a próxima vez que alguém vier aqui ofender alguém, porque chamar fascista, no seu entender, é mesmo ofender em último grau, retirará imediatamente a palavra.

Em seguida, pediu ao Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos que entendesse, naturalmente, às questões colocadas, a quem pediu para ser conciso.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Irá tentar ser conciso, as perguntas também foram longas, e, após apresentar aqueles que são os habituais cumprimentos, cumprimentar também quis, desde já, aqueles trabalhadores que, não se encontrando aqui nesta casa, estão lá fora, tanto os que já acabaram a sua jornada de trabalho, o seu dia de trabalho, quanto aqueles que agora ainda se preparam para ir entrar ao serviço, e cumprimentar o dignitário representante, vereador do Barreiro, que também aqui os acompanha no público, e fazer-lhe aqui uma referência especial, que já os tinha acompanhado na última sessão, e saudar também aqui a sua presença.

Dito isto, indo aqui a algumas questões colocadas pelo senhor Manuel Rodrigues, vai aos factos, vai-se sustentar aqui aos factos. O município partilhou nas plataformas que tem, seja no site, seja nas redes sociais e outras plataformas, a informação para que, todos que assim o quisessem, pudessem fornecer elementos alusivos e relativos ao 25 de Abril, e foi já no dia 30/09/2023, estão em 22/04/2024, ou seja, em setembro, finais de setembro de 2023, a Câmara Municipal começou a trabalhar no sentido de recolher informações. Deixaram e-mails, deixaram contactos, para que as pessoas lhes pudessem fazer chegar essa informação, e só tem a agradecer a todos que, de uma forma altruísta e despojada, quiseram contribuir para a construção de uma exposição que, desde já, convida todos a visitar.

No que diz respeito ao número, maior ou menor, e não sabe ao que se refere, acha que os serviços da Câmara acolheram muito bem todos aqueles que ali estiveram e, mais importante que isto tudo, acha que é de lembrar a exposição que têm, neste caso, no moinho de maré, em Alhos Vedros, que é da resistência à liberdade, e que, como foi aqui mostrado, tem uma série de documentação, quer neste livro que foi publicado pela Câmara Municipal, tanto como nas peças que lá estão expostas para que as pessoas possam ver e observar. Todos os que venham por bem podem participar, assim o queiram, assim o desejem, estejam à vontade, esta é uma casa livre e que dá oportunidade a todos.

Relativamente a outras afirmações que aqui foram feitas, ficou um bocadinho preocupado porque, e não sabe se terá sido interpretado bem aquilo que ouviu, mas falou-se aqui em gravação de um vídeo, que não sabe de que forma, ou de que modo é que o mesmo foi feito neste caso, mas acha que isso constitui um crime. Acha que a pessoa, quando veio aqui e fez esse relato, a ser verdade que, efetivamente, gravou um vídeo sobre alguém, isso constitui um crime, e, se assim for, acha que existem os meios disponíveis ao dispor para quem queira apresentar queixa. Neste caso, vivem num estado de direito, quem o quiser, ou, neste caso, as autoridades que o quiserem fazer também o podem fazer.

Quer dizer, vivamente, que repudia atos que fazem lembrar atos pidescos, atos persecutórios, e dizer que, para isso mesmo é que se fez o 25 de Abril, para que situações destas, e outras, não se se verifiquem, para que se salvaguardem as pessoas e as liberdades de cada um. Respondendo de forma geral e abrangente, só pode repor aquilo que mandou retirar, como não mandou retirar, ficará à espera que, esta questão fique esclarecida, de uma vez por todas, e, olhando olhos nos olhos de cada um.

Ainda um ponto prévio, quanto àquilo que o senhor Manuel Lourenço também disse, que tinha sido pressionado, agredido, etc., se assim for, também propõe que ele se dirija, neste caso, sobre os atos que terão sido praticados na Câmara da Moita, à GNR, e se sentir inseguro os serviços da Câmara estão disponíveis, com 2, 3 ou 4 trabalhadores, os que entender para o acompanhar até à GNR, ou podem mesmo falar com a GNR, para que se desloca aqui à entrada do município para o receber e para o acompanhar, se se sentir inseguro, e que apresente queixa. Se é verdade o que diz, que apresente provas e apresente queixa. Tudo o que mais houver é calúnia e difamação.

E, também mais uma vez, quer alertar que calúnia e difamação é crime. A liberdade existe para que possam fazer bom uso dela, mas fazer bom uso dela importa que, quem a exerce, saiba respeitar os outros, e a liberdade que tanto custou a conquistar, nomeadamente, ao pai do próprio, e também isso quer que fique muito, muito bem claro.

Relativamente ao senhor Paulo Franco, que apresenta um conjunto de questões ao executivo, que vai tentando tomar nota de algumas, aquelas que, neste curto espaço de tempo, consegue tirar, daí ser muito importante, as pessoas, à entrada, quando se inscrevem, coloquem, efetivamente, os assuntos e os contactos, para que possam tomar nota, porque depois estas informações são entregues à Câmara, porque os processos têm andamento, têm persecução, e para que esta informação depois seja encaminhada para os serviços correspondentes, para que possam trabalhar e fazer aquilo que têm para fazer.

Relativamente à questão que colocou sobre a circulação do trânsito da Moita, e da rua da Paz, é o seguinte, o traçado urbano da Moita remonta, e faz parte, da construção feita ao longo de anos. A Moita tem pouco estacionamento, não só não a Moita freguesia, também a Moita concelho, tem muitos problemas com o estacionamento, que parte de uma visão, ao contrário de outros locais, em que não era e não estava pensado, quando se construíram casas, que as pessoas pudessem vir a ter carros, muitos carros. E, hoje em dia, e ainda bem, alguns agregados familiares, têm 2, 3 carros, e não há estacionamento e, em muitos locais, não estava previsto, ou perçecionado, que houvesse estacionamento enterrado, e esse é um problema com o qual se defrontam. Agora, que fique claro, porque faz falta habitação, que não vão mandar casas abaixo para construir estacionamento.

O espaço público é o que é, tentarão, da melhor forma, quarteirão a quarteirão, localidade a localidade, freguesia a freguesia, analisar quais as soluções, e é isso que estão a fazer, seja no Palheiro, cujos projetos já vinham no documento que discutiram na semana passada, e esses dois projetos deram trabalho a fazer, mas que, neste momento, já estão a avançar. Depois têm já também um projeto para fazer e para avançar em Alhos Vedros, mas o caminho vai ter que se fazer caminhando, porque não se

resolverá com um passe de mágica aquilo que não foi feito em 46 anos, por isso, os problemas de estacionamento, e também respondendo à senhora que lhes colocou aquela questão do estacionamento em Alhos Vedros, dizer que, caso a caso, farão aquilo que for possível.

E, em relação a olhar para o terreno A, B, C ou D, é verificar também quem são os proprietários porque, às vezes, embora não estejam vedados, os terrenos são particulares, e não pode criar estacionamento ou zonas de estacionamento, em sítios particulares, a menos que os próprios particulares assim decidam ceder o terreno à Câmara para estacionamento. Há casos em que isso já aconteceu e há casos, por acaso, onde passam estradas deste município e que nunca tinham sido doadas à Câmara e, neste mandato, já regularizaram um conjunto alargado de situações em espaços que a Câmara, pura e simplesmente, espaço privado, foi uma “expropriaçãozinha” que se fez, a fazer lembrar o PREC, só que nunca fez esse registo, nunca deu as devidas contrapartidas a quem cedeu aquele terreno, seja para estrada, seja para estacionamento, seja para outra situação.

Depois, há aqui algumas coisas que são aqui faladas que serão da responsabilidade de entidades externas, e com as quais viram e veem que a Câmara Municipal está em permanente diálogo, como é a sua obrigação, um órgão câmara municipal estar em permanente diálogo com todas as entidades, sejam do Governo, sejam outras autarquias, sejam câmaras municipais, porque há problemas que só se resolvem falando com outras câmaras municipais. Por exemplo, tem estado a conversar, e muito bem, em Palmela, com o Presidente da Câmara, para resolver ali um problema na Brejoeira, porque podia, pura e simplesmente chegar ali e resolver o problema da Moita, mas estava a criar um problema enorme para Palmela, e de uma forma equilibrada, estão a tentar esperar o tempo que é necessário, e o Presidente da Câmara de Palmela está a encetar esforços junto dos proprietários daquela AUGI para que o encaminhamento da água não seja feita para o concelho da Moita. E estão a trabalhar nesta e em muitas outras situações.

Depois, a senhora Susana Vasques, para além dessas questões que colocou de estacionamento, falava de algumas situações, neste caso, na Vila Verde, que estão vistas e analisadas pelos serviços e que já têm acompanhamento e planeamento programado. Agora, que fique claro uma coisa, há uma coisa que o Presidente da Câmara não faz, que é governar pelo Facebook, nem atender, registrar coisas e tomar notas pelo Facebook. As pessoas têm opção, porque criaram uma aplicação, existem os e-mails ou podem-se dirigir aos serviços e são atendidos. E, o Presidente da Câmara e os vereadores, se tiverem disponibilidade e não tiverem a agenda preenchida com visitas aos terrenos e aos locais do concelho onde andam, frequentemente, a circular a pé, e cumprimentam as pessoas e falam com elas na rua.

E aqui, também respondendo a algumas questões de que não andam na rua, porque andam na rua, falam com as pessoas, contactam com elas, e isso também é uma coisa muito positiva, porque quando andam e se encontram com as pessoas nas ruas, as pessoas têm dúvidas e têm questões e permitem-lhes logo ali, de forma rápida e simples, esclarecê-las sobre alguns processos que estão em curso na Câmara, muitas vezes, desmontando algumas coisas que algumas forças político-partidárias veiculam, que estão longe de ser de ser verdade. Por isso, se os serviços foram lá e cortaram, neste caso, as ervas ou o espaço a que a senhora se referiu, fizeram-no bem, esperam que o trabalho se continue a desenvolver e a decorrer nesse e noutros pontos do concelho, e nada mais tem a dizer relativamente a essa matéria.

Depois, sobre a outra questão que a senhora colocou já respondeu, de forma transversal, ao senhor Luís João já também já respondeu, ao senhor António Costa e à senhora Rosa Marques pode responder de uma vez só, e é fácil responder a ambos, porque chegam aqui, colocam as questões que têm e que acham por bem, a Câmara toma nota, se quiserem deixar, em forma de apontamentos, quais é que são as questões, as moradas e os locais, agradecem-lhes, como muitos outros munícipes o fazem, quer quando os encontram na rua e lhes dão a morada, e que apontam logo numa folha de papel e entregam aos serviços, ou fazem chegar por e-mail ou, e o mais correto, pela app Moita+Próxima, e dão sequência aos trabalhos.

Depois, a doutora Helena Pereira trouxe aqui uma questão que é procura ver respondidas um conjunto de situações. Disse, e volta a dizer, que o Presidente da Câmara não se substitui aos serviços e é muito importante que as pessoas percebam. Por exemplo, às vezes, vem-lhe fazer uma pergunta de urbanismo, e de tanto ir trabalhando e ir tendo contato com a matéria, até pode saber a resposta, só que a quem compete essa resposta é aos serviços, não é ao Presidente da Câmara. Isto seria como quando têm uma maleita e, tantas vezes, a resolvem de uma determinada maneira, se calhar, até sabem como a tratar, mas não dão consultas, dizem às pessoas para se encaminharem para o médico. Podem até, por tantas vezes resolver problemas, ter alguns conhecimentos na área das finanças ou na área jurídica, mas se não for da sua área mandam para os serviços correspondentes, não exacerbando aquelas que são as suas responsabilidades e aquelas que são as suas funções.

Por isso, a senhora Helena Pereira, se tem essas questões, volta a repetir, que faça um requerimento à Câmara, pergunta aos serviços e os serviços respondem. A senhora Helena Pereira não é, nem mais nem menos, que qualquer outro munícipe, e uma vez que aqui não faz atendimentos, se quiser um atendimento ou uma reunião com o Presidente da Câmara ou com o serviço de urbanismo marca uma reunião. Só tem essas hipóteses. Se quiser uma reunião com o Presidente da Câmara, marca uma reunião com o Presidente da Câmara, se quiser uma reunião com o urbanismo, marca uma reunião com o urbanismo, se quer ter respostas a estas questões que aqui trouxe mete um requerimento e faz as perguntas a quem de direito, como toda a gente. Há aqui coisas que, às vezes, não percebe, e algumas, pela forma e o encadeamento que levam, parecem quase encomendadas.

Relativamente às questões que o senhor Eduardo Rocha aqui colocou, e foram tantas as questões que, às vezes, é fácil deixarem passar, e por isso diz, mais uma vez, que se as pessoas apontarem os vários assuntos, é mais fácil depois a Câmara responder a cada uma delas. Relativamente ao painel eletrónico, nunca funcionou bem desde que lá foi colocado, e o senhor como munícipe da Moita deve-o saber, porque até é perto da área onde reside, e por isso mesmo trouxe aqui esta situação, por isso aquilo nunca funcionou bem e, a última vez que lá passaram, por alguma razão não estava em condições de segurança, por isso, antes que houvesse ali um acidente foi retirado, só isso, de forma simples e clara, porque não estava a funcionar.

Como estes equipamentos foram colocados ainda pelo anterior executivo, mas não foram pensadas as ligações elétricas e de rede para os ligar, etc., porque isso era mais uma verba que era à parte, e foram colocados e nunca chegaram a ser ligados. Mas, isso é uma coisa que fica da gestão anterior, e que era mais uma coisa para pagar à parte.

Neste momento, dirigiu-se ao senhor Presidente da Assembleia, porque lhe pediu para ser rápido e sucinto, e está a fazê-lo nas suas intervenções, só que o burburinho atrapalha o raciocínio, e depois aqui algumas pessoas vão-se queixar de que não teve capacidade, ou não se lembrou, de todas as questões que aqui colocaram.

Relativamente, ao pedido da senhora Dora Silvestre, que faz aqui um conjunto de afirmações que não sei como é que as há de caracterizar porque, como a senhora Dora Silvestre calcula, enquanto trabalhadora da Câmara, a área dela nem sequer é do seu pelouro. O conteúdo funcional da trabalhadora não faz parte do pelouro do Presidente da Câmara, e os recursos humanos também não fazem parte do pelouro do Presidente da Câmara, por isso a única coisa que pode dizer, face às afirmações infundadas, para não dizer outra coisa, que a senhora Dora Silvestre aqui fez, é que o Presidente da Câmara não teve contato com este processo. Por isso, lamenta muito as afirmações que a senhora aqui fez.

Agora, também pode deixar claro que, quando questionado pela senhora Dora Silvestre, trabalhadora desta casa, relativamente a esta questão, foi procurar saber, como é óbvio, junto dos serviços o que é que se estava a passar e foi informado pela senhora diretora do Departamento da resposta que já lhe havia sido dada, e, não tem mais nada a acrescentar àquela que foi a resposta que a senhora diretora do Departamento deu à trabalhadora Dora Silvestre. Acha que não há mais nada a acrescentar, e depois, a senhora Dora Silvestre fez aqui uma afirmação que o preocupa, porque ou é uma tentativa de desinformação e de enganar quem os assiste lá em casa deliberada, ou é desconhecimento, mas, na prática, as duas radicam e traduzem-se depois no mesmo resultado, seja de forma inconsciente ou, neste caso, pensada.

O secretário da senhora Vice-presidente está no lugar por nomeação, e bem sabe que pode haver aqui algum desconhecimento da matéria, mas está por nomeação. O Presidente da Câmara pode nomear um conjunto de secretários, neste caso, três secretários, pode nomear um chefe de gabinete e uma adjunta. Não foi por mobilidade, foi por nomeação, da mesma forma que poderia ter nomeado qualquer outro trabalhador, e, repare-se bem, fez a nomeação para o seu gabinete, e poderia ter sido alguém vindo de fora, como pode ser, e como já aconteceu em alguns casos, e optou por nomear um trabalhador da Câmara Municipal, pelo que não está a ver qual é o problema nesta situação. Da mesma forma que, no passado, para os lugares que agora são ocupados, já estiveram lá outros trabalhadores da Câmara, nomeados pelo anterior executivo, por isso não vê qual é o problema, mas regista o desconhecimento e a acrimónia que isso causa a certas pessoas, mas é como é.

Agora, continuam a trabalhar no sentido da valorização dos trabalhadores, com formação que dão para, neste caso, obterem o 9º ano, o 12º, têm protocolos para que eles possam aceder à universidade, recentemente iniciaram uma obra na Socorquex, para ampliar o refeitório, num valor de 60000 euros, e isso sim, é valorizar os trabalhadores, ter uma atenção para com os trabalhadores.

Neste momento, dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que acha que já responderam a tudo, e por não haver condições por parte do público, nada mais há a dizer.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi calma a todos presentes e disse ao senhor Presidente da Câmara para, se possível, dar uma informação de que todos estão a falar, e que foi aqui levantada, sobre a questão do famoso buraco, o que agradecia.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Agradeceu ao senhor Presidente da Assembleia por o ter alertado para essa matéria, que tinha aqui apontado, mas, como disse, o burburinho na sala e as interrupções que vêm por parte do público são constantes, dificultam a concentração e depois tem este resultado.

Relativamente à situação das obras da rua de São Sebastião, já estão programadas para irem à próxima reunião de Câmara, no dia 24, quarta-feira, conforme havia sido falado, está lá apresentada a proposta para a resolução do contrato e lançar um novo concurso público urgente, 10 dias para lançar a obra, novamente 120 dias para a sua execução e tem lá um preço base. E isto que está a dizer aqui é o que irá dizer na próxima reunião de Câmara, para a qual todos os senhores vereadores foram convocados e já têm conhecimento sobre essa matéria, e não só este problema na rua São Sebastião, mas em outros pontos do concelho que carecem de uma intervenção urgente, aquela, por imperativo de terem tido aquela informação do LNEC, e pelo que se verificou, passou para a prioridade máxima do trabalho que estão a desenvolver.

E aqui, desde já, o seu muito obrigado aos trabalhadores da Câmara Municipal, quer do jurídico, quer também da DOEP, e, neste caso, também agradecer a todos os que no DGVT estiveram envolvidos, desde a divisão das águas, entre outros, e ao estar a nomear um a um pode estar a ser injusto por não nomear todos, mas os trabalhadores desta casa que estiveram envolvidos sabem que, neste caso, o executivo da Câmara está muito agradecido ao trabalho que fizeram, no sentido de resolver a situação que estava e lançarem, o mais rapidamente possível, um novo concurso público urgente para resolver este problema.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

Deputada Fernanda Gaspar em nome do Grupo Municipal da CDU

A intervenção da CDU, porque valorizam bastante todas as intervenções do público, e hoje foi o senhor Manuel Rodrigues, o senhor Paulo Franco, a senhora Vanda Figueiredo, a senhora Susana Vasques, o senhor Luís Miguel João, o senhor António Costa, a senhora Rosa Paula Marques, a senhora Helena Pereira, o senhor Eduardo Rocha e a senhora Dora Silvestre. Cada uma destas pessoas trouxe aqui preocupações que têm direito de as vir aqui colocar numa reunião pública e, infelizmente, vieram alguns aqui pela segunda vez, colocar, exatamente, as mesmas perguntas que tinham colocado na última reunião da Assembleia Municipal, ou até algumas mais atrás, por falta de uma resposta breve, concisa, que não lhes foi dada.

E, daquilo que aqui foi colocado, ressalta, por exemplo, em primeiro lugar, e até com as respostas que foram agora dadas, que esta Assembleia Municipal, entendendo que deve ter sido até por engano, e isso estava na moção que foi aprovada de recolocação dos pendões sobre 25 de Abril, e outro material a divulgar o desfile do 25 de Abril. Só hoje, o Presidente da Câmara disse que não tinha mandado retirar, mas o Presidente da Câmara Municipal responde por todo o órgão, responde pela Câmara Municipal. E, o órgão deliberativo aprovou uma moção, porque não têm, enquanto órgão fiscalizador que são da Câmara Municipal, são um órgão deliberativo e não têm meios para ir recolocar, e por isso a moção colocava à Câmara Municipal da Moita para recolocar os pendões que foram retirados pela instituição Câmara Municipal.

Senhor Presidente da Câmara Municipal, independentemente de quem mandou ou não retirar as faixas, corresponde ao Presidente assumir a responsabilidade por todo o órgão, porque não acredita que qualquer trabalhador desta autarquia, por sua iniciativa, tenha retirado. Teve ordens para retirar, e compete ao órgão Câmara Municipal, e que o Presidente aqui representa, fazer cumprir aquilo que foi uma deliberação desta Assembleia Municipal. É tão simples quanto isto, e espero que essa reposição dos pendões não seja efetuada no dia 26 de abril, já que ela se refere ao desfile que vai acontecer no dia 25 de Abril.

Também deve dizer, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que, lamentavelmente, recebeu um convite, e a bancada da CDU regista também isso, para estarem presentes no dia 25 de Abril, na

Praça da República, às 9 da manhã, para a inauguração de um painel de azulejos. E, ainda hoje, escreveu, e esta é também a posição da bancada da CDU, que declinam com prazer esse convite, porque deveria ser de onde parte o desfile, e às 9:00 estarão no mercado municipal para participar no desfile da liberdade. E isto não significa que não valorizam o painel de azulejos, mas podia perfeitamente ser inaugurado, ou ao meio-dia, ou à uma da tarde, ou às 15:00, em qualquer outra hora que não as 9 da manhã, hora a que parte o desfile, e era do conhecimento da Câmara Municipal a existência desse desfile, e até a hora, que foi acordado partir-se às 9:00 para viabilizar também depois a Sessão, na Praça da República, desta Assembleia Municipal, à qual terão também muito gosto em estar presente.

Mas, quando querem, arranjam consensos, mas quando não querem, arranjam todos os motivos e mais alguns para pôr em causa a liberdade dos outros e só olhando à sua própria. Continuam a dizer, e também aqui reafirmam, que gostariam que todos estivessem presentes neste desfile, que todos exigissem um concelho mais solidário, mais participativo, e não quiseram, nem querem, afastar ninguém, mas é verdade, o 25 de Abril é de quem defende os ideais. Cada uma das forças políticas aqui representadas pode ter visões e posturas diferentes, mas o boicote, isso é que não. Não sabe, se calhar, até fica muito bem à Câmara, mas está a brincar.

Depois, queria também dizer, e isto vem na sequência de valorizarem o papel do poder local, e o papel que têm enquanto eleitos, porque saíram de eleições e estão aqui presentes, e isso deve-se a ter havido um 25 de Abril de 1974. O poder local é uma das conquistas, das grandes conquistas do povo português. E, sendo uma grande conquista, também analisam a documentação e tudo o mais, e ainda que hoje não tenha tido a oportunidade de o ler, e que agradece, mas há quem já tenha lido este documento da resistência à liberdade, editado pela Câmara Municipal, e ficou com uma preocupação bastante grande porque, por vezes, com algumas respostas que aqui também são dadas, há uma grande falta de rigor, ou então esse muito parcial, naquilo que se vai afirmando.

Não tem dúvidas que este livro contém, e viu-o muito rapidamente, algumas fichas de algumas pessoas do concelho que passaram pelas prisões políticas, e que também elas, pela sua luta antes do 25 de Abril, a promoveram, e que no próprio dia 25 de Abril não deixaram que aquela linda madrugada se transformasse numa outra coisa com menos liberdade. O povo veio para a rua. Aliás, como mulher, deve dizer, dentro da revolução do 25 de Abril, houve uma outra revolução, a revolução das próprias mulheres em assumirem muito mais liberdade, e por isso aqui estão hoje, e isso não foi feito assim, por obra e graça de alguém, mas pela luta do dia a dia, pela participação da população, pela participação e exigência.

A democracia e a liberdade só existe se praticada todos os dias, e não têm que impor aos outros a sua visão daquilo que acham a liberdade, porque isso já é estar a coartar a liberdade dos outros, e está a colocar esta questão também porque, algumas formas de aqui se dar resposta aos munícipes, fica-lhes mal. Fica-lhes mal desvalorizar a forma como cada munícipe entende aqui colocar as suas preocupações. A Câmara Municipal pode, perfeitamente, responder que os passeios são públicos e não são propriedade privada de quem quer que seja, como os próprios arruamentos são públicos.

Valorizam e preocupa-os muitos dos problemas que aqui foram colocados, relativamente à limpeza urbana, à recolha, à conservação de arruamentos, e isto não quer dizer que a Câmara Municipal e os seus trabalhadores não tenham vindo a atuar, mas há, de facto, um descontentamento enorme na população de todo o concelho, por existência de recolha deficiente, arruamentos cheios de buracos, ervas por todo o lado, como havia antes, e vão outra vez dizer “há 40 anos era assim”, mas a CDU nunca prometeu que depois ficava tudo a cor-de-rosa. É um trabalho diário que tem que ser feito. O exercício da democracia e o trabalho e a valorização dos trabalhadores, são um trabalho diário.

Tem três questões que não poderia deixar de abordar aqui. Em primeiro lugar, o senhor Manuel Rodrigues colocou aqui uma questão, de um ex-membro desta Assembleia Municipal, que já faleceu, e que foi o primeiro Presidente da Comissão Administrativa, logo após a revolução de 25 de Abril, o senhor Staline Rodrigues, que passou pela prisão, e, já agora, apenas para dar esta informação, também um familiar de um membro que está aqui nesta Assembleia Municipal, o avô da Deputada Mónica Ribeiro, passou pelo Forte de Peniche, mas o senhor Manuel Rodrigues veio aqui repor algumas coisas, e os eleitos na bancada da CDU, porque também há uma dívida que alguém aqui tem, e que todos reconhecem na CDU, e que aqui também queria referenciar.

O senhor Staline, antes do 25 de Abril, apercebeu-se de que na PIDE, se falava e se abordava o trabalho que era feito pelo José Manuel Figueiredo, o pai do Deputado João Figueiredo, e graças a esse aviso, que foi um aviso muito importante, em tempos tão difíceis, em que a vida de qualquer um que dissesse mal daquele regime era posta em perigo e poderia ir para a prisão, foi graças a esse aviso do Staline Rodrigues que o José Manuel Figueiredo partiu para França, e por isso o João Figueiredo nasceu noutra país. E esse agradecimento, os eleitos da CDU também o querem aqui deixar expresso ao Staline.

Relativamente a uma outra questão aqui colocada, e que para a CDU é muito importante, da trabalhadora, de facto, podem ter posturas, e têm, de certeza absoluta, muito diferentes, a valorização e aquilo que aqui veio colocar, e que na CDU dão muita importância, é que se deve dar a prioridade e valorizar os recursos humanos internos, e a questão que aqui foi colocada tem a ver com isso, da falta de necessidade de um técnico numa área, neste caso, IRP, de a pessoa ter a formação, de ter pedido a mobilidade intercarreiras e não lhe ter sido dada. Mas, colocou e tem direito de colocar, como qualquer outra pessoa tem direito de ir a uma reunião pública da Assembleia Municipal ou da Câmara municipal, colocar aquilo que a preocupa, e deve ser atendido e olhado sempre.

Concluindo, valorizar é dar oportunidade aos trabalhadores da Câmara Municipal, quando têm formação, de ocuparem outros cargos e serem valorizados nisso, e não se estar a fazer avenças, ou contratos com empresas ou outras pessoas do exterior, para virem desempenhar há funções que alguns, internamente, podiam desempenhar ainda muito melhor.

Deputado António Costa em nome do Grupo Municipal do PS

Vai tentar ser o mais curto possível e vai tentar abreviar o melhor que puder. Já foram aqui levantados uma série de aspetos, foram afloradas outras tantas questões, quanto a si, concorda com uma grande parte daquilo que foi aqui dito, pelas diversas pessoas, até pelos intervenientes do público, e deve agradecer às pessoas que têm a disponibilidade de vir aqui, mas vai, como não podia deixar de ser, tocar num assunto que já foi aqui falado, e quer, aliás, deixar um desafio hoje aqui muito claro, a todas as bancadas, a todas as forças políticas que estão aqui representadas, e já lá vai.

No entanto, queria abordar um assunto que não foi tocado por ninguém, e é altura, mais uma vez agradecendo às pessoas que aqui vêm deixar as suas preocupações, que são legítimas, sejam elas quais forem, para pedir que, na medida do possível, à medida que fazem as suas intervenções, tentem elevar e dignificar o papel desta Assembleia, que tentem evitar fazer disto um circo, e já não é a primeira vez que diz isto. Isto não é um circo, é um local onde as pessoas trazem as suas preocupações, com mais oportunidade ou menos, com total razão ou nem tanto, mas não façam disto um circo. E as pessoas que aqui estão sentadas em baixo, visto que o público se senta aí em cima, tentem não contribuir também para fazer disto um circo.

E, avança, desde já, para o apelo que quer fazer. Quer convidar a bancada do Bloco de Esquerda, da CDU, juntamente com a do PS, do PSD do CDE e dos deputados independentes também, como é evidente, a todos os que aqui estão das diversas forças políticas, para, em conjunto, fazer um apelo às pessoas que aqui vêm para colocarem, sempre que possível, as suas questões com a maior dignidade possível, com a maior assertividade possível, e evitando fazer disto um circo, evitando as risadas constantes, a chacota permanente, e é esse o apelo que queria deixar aqui. Estão em tempo de consensos, estão em tempo de 25 de Abril, 50 anos, será que as outras bancadas têm coragem para o fazer?

Por si, faz, desde já, esse apelo às pessoas que aqui se encontram, a todas, inclusivamente a algumas aqui de baixo, para tentar dignificar e elevar o mais possível o papel desta Assembleia. Espera, e fez um intervalo para ver se alguém se manifestava das outras bancadas, a ver se era secundado nestas questões, porque cada um deve assumir as suas responsabilidades, e percebe a tentativa de levar até, à exaustão, alguns assuntos que todos sabem que poderão ser incómodos, são com certeza. A questão do desfile deve ser levada até à exaustão? Se fosse ao contrário, provavelmente, faziam o mesmo, porque há questões que devem ser tratadas politicamente e até onde se quiserem levar, mas evitem fazer disso motivo para desrespeitar esta Assembleia.

Caso contrário, senão, não sabe, mas está-se a lembrar, e perdoem-no agora, provavelmente, vai haver algum comentário, que a Assembleia da República tem lá a polícia, será que têm que trazer a polícia para aqui para manter a ordem? Será que o senhor Presidente tem que trazer a polícia para aqui para que as pessoas se saibam comportar? Será que isto é difícil de acabar? Será que cada um não pode falar quando tem o seu espaço para falar? Será que, quando está a falar, ou outro alguém está a falar, tenha que haver uma série de pessoas que estão a rir e a fazer comentários? Mas que raio de democracia é essa? Porque é que tem de ser assim? Porque é que aqui na Moita tem que ser assim? Um passado tão rico na luta antifascista, uma série de representantes que tiveram em tempos difíceis da outra senhora, e será que não se conseguem respeitar uns aos outros?

Já disse, e volta a repetir, nas atitudes, sejam elas quais forem, cada um assume as suas responsabilidades. No momento próprio, no local exato, cada um assume as suas responsabilidades, agora, têm todos, todos, inclusivamente os membros diversos nas várias bancadas, têm todos, por muito convidativo que seja a participação na risota e no achincalho, pelo menos, os membros desta Assembleia e da Câmara, que façam todos um esforço no sentido de dignificarem todos os presentes.

1ª Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, António Chora, em nome do Grupo Municipal do BE

Queria começar por dizer que subscreve muito daquilo que o senhor deputado António Costa agora acabou de dizer, mas têm que ter em atenção que, muitas vezes, são as respostas que são dadas às pessoas que levam a determinado tipo de atitudes, portanto, têm, cada um, que assumir as suas responsabilidades, e é preciso terem isso mesmo claro, porque quando faltam respostas, e as perguntas, normalmente, são objetivas, se as respostas não foram objetivas, dá sempre direito a que as pessoas possam tentar exprimir-se de maneira que já não pode ser ali ao micro. É lamentável, mas não há outra maneira de as pessoas exprimirem. Da parte do Bloco de Esquerda, estão na disposição de dizer às pessoas que isto não deve servir de chacota, mas exigem, claramente, respostas da parte do executivo às perguntas que são, efetivamente, feitas.

E, a propósito disto, vinha ainda a segunda questão, que foi aqui referida por parte da bancada da CDU, sobre a questão do painel de azulejo que, como foi dito, podia ser às 12, às 15, às 17, mas o que estava acordado era ser às 9 no mercado da Moita e partirem de lá para a Praça da República. Isso é que devia ser sido feito, e não, mais uma vez, faltar, não diria ao respeito, mas faltar ao acordo que estava feito, ao pré-acordo que foi feito nas reuniões que andaram aqui a fazer não sabe para quê.

Outra questão que lamenta, que já não é a primeira vez que houve aqui, e hoje chamou-lhe, outra vez, a atenção, é a destruição de material sindical nas instalações da autarquia. Isto, para além de ser um crime é uma vergonha. Para além de ser um crime, é uma vergonha. Por muito que digam que querem valorizar os trabalhadores, essa valorização só se faz com diálogo sindical, com os respetivos dirigentes sindicais e o executivo. Caso contrário, não há diálogo, e, não havendo diálogo, só há é empolgamento das situações graves que ficam por resolver, e que as pessoas têm todo o direito de vir reclamar, hoje, amanhã, e depois, e no outro dia, portanto, é uma questão que é importante, e que chama aqui à atenção.

E, para terminar, em relação aos pendões que foram retirados, não sabe quem é que mandou retirar, sabe que na gravação se ouve, seja ilegal ou não, claramente, dizer que foi por ordem do senhor Presidente, e não está a dizer que foi o senhor Presidente que deu a ordem direta, alguém pode ter dito à senhora, porque é uma senhora, que que era uma ordem dessas, e que o senhor Presidente já desmentiu aqui, que não deu a ordem. Aceita como verdadeiro, mas atenção, só espera que amanhã não venha a senhora dizer que recebeu mesmo essa ordem do senhor Presidente. Isso é que seria estragarem isto tudo.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Deu por concluído o período de intervenção do público.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Antes de iniciar o período da Ordem do Dia, e tal como já havia dito na passada sexta-feira, solicitou ao plenário a admissão de um ponto para apresentação de relatórios por parte da Coordenadora da Comissão Permanente de Cultura, Educação, Desporto, Juventude, Cidadania e Igualdade, Deputada Municipal Mónica Ribeiro, e do Coordenador da Comissão Permanente de Ambiente, Infraestruturas e Equipamentos Urbanos, Proteção Civil e Mobilidade, Deputado Municipal João Figueiredo.

Tendo obtido a anuência de todos os presentes, foi-lhe atribuído o ponto três ponto seis, passando o anterior ponto três ponto seis a constar como ponto três ponto sete.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Pedi a palavra para colocar uma questão, é que, apesar destes 48 anos antes deste executivo ter chegado aqui ao poder na Moita, havia internet nos equipamentos municipais, e havia equipa internet que dava acesso ao site da Câmara, onde estão os documentos desta sessão. Acontece que, neste edifício, não consegue ter acesso à Área Reservada nem ao site da Câmara, pelo que, quem quer utilizar um computador, como o próprio utiliza, regularmente, para fazer a consulta dos documentos, não é possível. Portanto, gostaria de pedir ao senhor Presidente que, numa próxima ocasião, isso possa ser reposto.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Vão, com certeza, tomar nota, e pediu aos serviços que também tomem a devida nota para que não se volte a repetir.

3.2 - 1ª Alteração à Estratégia Local de Habitação

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, com nove votos a favor, sendo quatro do PS, quatro da CDU e um do Vereador Independente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 27/03/2024:

“A 25 de fevereiro de 2022, o Município da Moita aprovou a sua Estratégia Local de Habitação (ELH), na qual estão sinalizadas as situações de carência habitacional existentes no seu território e definidas as soluções habitacionais nas quais se devem enquadrar todos os pedidos de apoio ao abrigo 1.º Direito. Estão abrangidos na Estratégia 1187 agregados familiares.

Nos termos da ELH da Moita em vigor, os tipos de Beneficiários (DL37/2018 art.º 25.º e 26.º) são:

1. Município (Art.º 26.º a)) – que abrange 334 agregados familiares e com três tipos de soluções habitacionais: 1.1. Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais: 167 agregados/fogos (habitações propriedade do município atribuídas em regime de arrendamento apoiado);

1.2. Construção de prédios ou empreendimentos habitacionais: 157 agregados/fogos;

1.3. Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação: 10 agregados/fogos;

2. Empresas públicas, entidades públicas empresariais ou institutos públicos (Art.º 26.º b): mais especificamente a reabilitação dos fogos de habitação do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) que abrange 92 agregados familiares;

3. Beneficiários Diretos (art.º 25.º): mais especificamente no Bairro Vale da Amoreira, Bairro Fundo do Fomento, Bairro das Descobertas, Bairro da Quinta Fonte da Prata e Bairro de São Sebastião, contemplando a Reabilitação de habitação de que sejam titulares (art.º 29.º a) ii) do DL 37/2018) que abrange 761 agregados familiares.

As soluções habitacionais que a Moita se propôs promover, a programação da sua execução e a estimativa dos correspondentes montantes globais de investimento e de financiamento ao abrigo do 1.º Direito encontram-se vertidos no Acordo de Colaboração celebrado a 8 de setembro de 2022, entre o Município da Moita e o IHRU, nos termos do previsto a artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua redação atual.

Sendo a ELH um instrumento de política pública dinâmico, esta deve adaptar-se aos novos desafios impostos pela conjuntura económica, financeira e aumento das rendas das casas que determinou o agravamento das necessidades habitacionais no concelho. De acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 2.º da Portaria 230/2018, de 17 de agosto (diploma que regulamenta o Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho), as ELH podem, a qualquer momento, ser alteradas, nomeadamente para efeitos de atualização

A em vigor não previa a conjugação de soluções, de acordo com o previsto nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, nomeadamente a solução de Aquisição e reabilitação de frações ou prédios para destinar a habitação, pelo que, em Reunião de Câmara foi aprovada uma alteração pontual da ELH, enquadrando a modalidade Aquisição + Reabilitação.

Entretanto verificaram-se alterações tanto ao nível do enquadramento legal quanto ao nível dos instrumentos financeiros. Com efeito a 06 de outubro de 2023, foi aprovada a Lei n.º 56/2023 que estabelece um conjunto de medidas com o objetivo de garantir mais habitação. Esta Lei prevê que os municípios, isoladamente ou em parceria com outras entidades, por exemplo as cooperativas de habitação e construção, promovam construção de habitações a custos controlados, destinadas quer a habitação acessível, quer em regime de arrendamento apoiado.

Encontra-se igualmente em vigor a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e a Bolsa Nacional de Imóveis com Aptidão Habitacional, no âmbito da qual esta Câmara Municipal pode exercer o Direito de Preferência para a construção de habitação, ou aquisição e reabilitação destinada a habitação através do arrendamento acessível ou apoiado.

Assim, importa refletir na Estratégia Local de Habitação esta nova realidade, adaptando-a, procedendo à sua alteração conforme o previsto na própria Estratégia Local de Habitação, em vigor.

As alterações à Estratégia Local de Habitação da Moita consubstanciando-se, por um lado, no diagnóstico, através do aumento e alteração do perfil dos pedidos de apoio, e em consequência refletidas no reforço das respostas e soluções habitacionais com a quantificação do aumento das necessidades, prioridades e soluções habitacionais.

Em suma, a ALTERAÇÃO À ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DA MOITA compreende uma atualização do diagnóstico e necessidades habitacionais, motivadas como verificado num aumento dos pedidos de habitação em análise, quer pela crescente procura de arrendamento no concelho, acompanhada do aumento recorde do preço das rendas e dificuldade das famílias no pagamento das mesmas, quer pela não renovação dos contratos de arrendamento quer pelo aumento dos preços de compra e da pressão mensal dos encargos sobre as famílias, para além da falta de oferta de habitação no território da Moita.

De forma a satisfazer a procura, apresenta o Município da Moita, como novas soluções habitacionais, ao abrigo do 1.º Direito:

- A introdução na ELH da reabilitação dos 8 fogos do IASFA.
- O aumento de oferta pública por parte do Município no que diz respeito à Reabilitação. Inclui-se aqui a possibilidade de reafetação de habitações, do prédio de 6 andares, com previsão de 10 fogos, do Centro de Saúde da Baixa da Banheira.
- A cedência de lotes de terreno para construção e arrendamento no âmbito do 1.º Direito, ao Terceiro Sector/Sector Cooperativo elou outros parceiros ou interessados - previsão de cerca de 93 fogos habitacionais (número projetado de acordo com o aumento das necessidades de habitação e face à capacidade de construção pública de iniciativa municipal, de forma a aumentar a oferta de habitação no concelho),
- A necessidade face aos novos pedidos de apoio à Habitação, como resposta por parte do Município da Moita, de novos programas a adequados aos novos perfis sócio-económicos das famílias, nomeadamente ao intervalo correspondente a rendimentos compatíveis com habitação acessível/arrendamento, acessível, devendo o Município desenvolver um Regulamento de Renda Acessível posteriormente.
- A possibilidade de arrendamento por parte do Município para subarrendamento em regime de Renda Acessível.

Propõe-se que a Câmara Municipal da Moita, no âmbito da competência que lhe é conferida pela alínea i) do n.º 2 do art.º 23.º, alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, delibere, favoravelmente:

1. Aprovar a 1ª revisão à Estratégia Local de Habitação do Município, através da aprovação do documento quem se anexa e que se dá aqui por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.
2. Sob condição de aprovação dos pontos anteriores, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a referida alteração à estratégia local de habitação.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Senhor Presidente, antes de mais, um ponto prévio, já que fez essa alocação de não se voltar a repetir, e à intervenção do senhor Deputado João Figueiredo relativamente à internet, a Vice-presidente Sara Silva, nomeadamente, deu-lhe indicação que não tem problemas com a internet, por acaso, e pode dizer, desde já, que não experimentou a ligação à internet do seu, mas pode ser alguma questão técnica dos computadores, porque os serviços estiveram cá a pôr o serviço de internet, e se alguma coisa se passa é uma questão de ver, agora não se passe é logo, neste caso, a dizer que não há, e uma coisa que quer dizer é não é técnico.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Esclareceu o senhor Presidente da Câmara que há acesso à internet, o que não há é acesso, por exemplo, às pastas partilhadas da Assembleia Municipal, que são documentos essenciais para as pessoas poderem trabalhar, portanto, não é a tudo, é só a uma parte.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Indo agora àquilo que interessa, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, o que acontece é que, conforme estava previsto aquando da sua apresentação, a Câmara Municipal identificou, e demorou, porque teve que rever, e aqui, mais uma vez, não deram continuidade àquilo que vinha do executivo anterior, e tal como disse, quando se fala aqui em dar continuidade, não deram, porque se dessem continuidade àquilo que vinha do executivo anterior, falavam fazer entre 44 a 77 casas, e as necessidades identificaram eram muito superiores. Ainda bem que, na altura, identificaram perto de 120 pessoas, reviram todo o processo, fizeram todos os contactos, sabiam que faltavam, porque sabiam que faltavam, mais casos por verificar, mas, em algum momento, o documento tinha que fechar, sob prejuízo de depois as candidaturas que agora estão em curso poderem vir a ser prejudicadas.

Fecharam a sua Estratégia Local de Habitação, na altura, com perto de 120 situações identificadas, mas sem perder de vista que, tão rápido quanto possível, ela tinha que voltar a ser, neste caso, revista e avaliada, em função daquilo que tinham entre mãos. Os serviços fizeram um esforço e um trabalho fantástico, neste caso, com a ajuda de alguns parceiros com os quais a Câmara Municipal trabalha, de forma muito próxima, houve o cuidado e chegaram, aproximadamente, a mais de 200 casos de famílias identificadas neste momento, nesta nova Estratégia Local de Habitação.

E, têm uma situação muito importante, que começaram a aflorar logo no primeiro documento, que era a possibilidade de abrir a cooperativas, porque agora está muito na voga falar-se nisso novamente, mas já atempadamente o introduziram no seu documento, e agora apenas dão, neste caso, uma maior evidência relativamente a essa a essa situação, isto tudo para que possam, em conjunto, trabalhar para que haja mais oferta de habitação, e oferta de habitação condigna, para todas as pessoas que dela careçam e necessitem, porque na Moita faz muita habitação, até para combater a especulação que, às vezes, existe, e é o papel da Câmara Municipal trabalhar nesse sentido.

Agradecer a todos os parceiros que, ao longo do tempo, têm vindo a trabalhar com a Câmara, as pessoas que necessitem e careçam de casa têm os serviços próprios para irem fazer essa identificação e serem acompanhadas, e esta Estratégia Local de Habitação é um documento que não é fechado, está sempre a ser trabalhado, esta é mais uma alteração, mas aqui o foco, o grande foco que queria aqui deixar, é as candidaturas que já apresentaram para a construção de nova habitação, e isso é aquilo que a todos os deve orgulhar. Isso já foi noticiado, querem é construir as casas e depois, perante estas novas situações agora identificadas, vão começar a trabalhar nelas, é um trabalho contínuo.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

O que depreendem das palavras do senhor Presidente da Câmara é que, pela primeira vez, admite que, realmente, havia uma Estratégia Local de Habitação a ser preparada no mandato da CDU, e que foi finalizada quando este executivo entrou.

Ora, como é natural, a estratégia, qualquer estratégia, deve ser avaliada, deve ser adaptada às necessidades, e o que é verdade é que, nos últimos dois anos, a situação da falta de habitação, não só no concelho, mas no país, foi absolutamente dramática. E, absolutamente dramática e não acompanhada com a reabilitação e com a construção de novos fogos no concelho.

Nem por acaso, tinha aqui uma nota, no relatório da atividade municipal que irão apreciar daqui a pouco, que os pedidos de autorização para obras de reparação e conservação são apenas de 18, sendo que o INE aponta que no concelho existem cerca de quase 35000 fogos, o que quer dizer que esta atividade no concelho, neste momento, está parada, e, se está parada, o município tem que fazer alguma coisa, porque também é o seu papel dinamizar a reabilitação, antes até de dinamizar a construção de novos fogos, mas, mais uma vez, veem com bons olhos a Estratégia Local de Habitação, e veem com bons olhos a sua adaptação às necessidades, portanto, irão votar a favor esta proposta.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

3.3 - Redução parcial e excecional das taxas inerentes à emissão de licenças especiais de ruído, durante o período da Feira Regional de Maio e Festas em Honra da nossa Senhora da Boa Viagem, ano de 2024

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, com oito votos a favor, sendo quatro do PS e quatro da CDU, na reunião da Câmara Municipal realizada em 13/03/2023:

“Os eventos, Feira Regional de Maio e Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, são ícones tradicionais do nosso concelho. Nesse sentido, devemos manter e criar as condições necessárias para que a sua existência e continuidade propicie diversão, alegria e, apesar de tudo, preserve e recrie a tradição aos nossos munícipes.

As autarquias locais, consagradas na Constituição da República Portuguesa, são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das respetivas populações. São, para além do mais, entidades públicas com maior relevo no alcance do interesse público e do bem-estar e qualidade de vida dos seus cidadãos, entenda-se, munícipes.

Face ao exposto e considerando as dificuldades económicas e financeiras nas famílias, empresas e, em especial, nos comerciantes, e porque é imprescindível preservar a tradição festiva no concelho, a mesma só é possível com a presença dos comerciantes nas mais variadas valências e atividades. Torna-se por isso fundamental que este município proporcione também condições para o seu exercício, isentando-os parcialmente das referidas taxas, ao abrigo da lei.

Assim proponho:

Nos termos, e para efeitos, do n.º 9, artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que se cumpra o disposto no n.º 2 e 3 do mesmo preceito e se submeta à deliberação da Assembleia Municipal, a aprovação dos critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios, designadamente:

Isenção das taxas inerentes à emissão de licenças especiais de ruído, nos seguintes moldes:

- a) Para a Feira Regional de Maio, com a duração de quatro dias, isenção de dois dias, para cada um dos requerentes.
- b) Para as Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, com a duração de dez dias, isenção de cinco dias, para cada um dos requerentes.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Para apresentar esta proposta vai passar a palavra à Vice-presidente Sara Silva.

Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva

Esta proposta diz respeito à Redução parcial e excecional das taxas inerentes à emissão de licenças especiais de ruído, durante o período da Feira de Maio e das Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Os eventos Feira de Maio e em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, são ícones tradicionais do concelho, portanto, nesse sentido, devem manter e criar as condições necessárias para que a sua

existência e continuidade propicie diversão, alegria, e preserve e recrie a tradição dos nossos munícipes.

Considerando as dificuldades económicas e financeiras nas famílias e empresas, e em especial, nos comerciantes, e porque é imprescindível preservar a tradição festiva no concelho, a mesma só é possível com a presença dos comerciantes nas mais variadas valências e atividades. Torna-se, por isso, fundamental, que este município propicie também condições para o seu exercício, isentando-os parcialmente das referidas taxas que a lei assim o obriga.

Assim, propõe a isenção das taxas inerentes à emissão de licenças especiais de ruído, nos seguintes moldes: para a Feira Regional de Maio, com a duração de 4 dias, isenção de 2 dias para cada um dos requerentes; para as Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, com a duração de 10 dias, propõe-se isenção de 5 dias para cada um dos requerentes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Vão acompanhar favoravelmente a votação desta redução de taxas, mas querem aqui lembrar que se trata, simplesmente, disso, de uma redução de taxas para emissão das licenças especiais de ruído, e lembram aqui o cuidado que o executivo deverá ter na emissão dessas mesmas licenças, e isto para evitar alguns problemas que já aqui foram trazidos por alguns munícipes a esta Assembleia Municipal, com alguma falta de cuidado e alguma proteção que é necessário ter com as pessoas. Sabem que são dias muito importantes, mas a atividade e a vida das pessoas, escolar, laboral, continua, efetivamente, nestes dias.

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Quer dizer o seguinte, já o ano passado fizeram aqui, por esta altura, uma referência ao controlo sobre o ruído, e vão votar favoravelmente esta moção, mas tal como foi agora acabado de ser afirmado pelo Deputado João Faim, também da parte BE querem que haja um controlo sobre a emissão de licenças de ruído, porque estão num concelho que é, e, neste caso, numa freguesia, essencialmente de gente trabalhadora, que cada vez mais trabalha por turnos, cada vez há mais pessoas que dormem de dia porque trabalham de noite, ou dormem de noite porque trabalham de dia.

Portanto, o barulho à noite ou durante o dia, deve ter o mesmo tipo de controlo, ou seja, só porque é de dia não se pode deixar que se faça o barulho que se quer, porque há pessoas a descansar que trabalharam a noite toda, seja nos hospitais, nas fábricas, na segurança, na segurança pública, têm muitos agentes da autoridade que moram neste concelho e que trabalham de noite, portanto, é preciso ter alguns cuidados com isso.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

“Eu acompanho esta medida, no entanto, quero ressaltar aquilo que já foi mencionado antes, porque se torna também fundamental que sejam tidos em conta os eventuais incómodos à população.”

3.4 - Contrato de Arrendamento para Fins Não habitacionais de um armazém, sito na Rua dos Corticeiros, n.º 29, Loteamento Industrial da Quinta dos Machados, freguesia de Alhos Vedros

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, com nove votos a favor, sendo quatro do PS, quatro da CDU e um do Vereador Independente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 27/03/2024:

“Considerando que:

O número de viaturas abandonadas constitui um problema crescente para as cidades e núcleos urbanos pelo espaço público que consomem, pelos constrangimentos que introduzem à mobilidade dos cidadãos, pelo negativo impacte ambiental, ou pelos relevantes recursos públicos, humanos e financeiros, que a sua gestão absorve.

A Câmara Municipal da Moita, tendo como objetivo satisfazer os pedidos das Uniões de Freguesia e dos residentes locais, no sentido da preservação a qualidade do meio ambiente e responder às necessidades de estacionamento do Concelho, informa que está a dar continuidade à ação de remoção dos veículos em fim de vida.

O abandono de viaturas na via pública representa um risco ambiental, tendo em conta os componentes corrosivos, tóxicos, explosivos e outros, depositados em espaço público e um potencial foco de degradação do espaço público, de insalubridade e incómodo para os cidadãos, impedindo ou dificultando uma saudável e normal fruição do espaço público envolvente. Adicionalmente, o abandono de veículos em fim de vida no espaço público tem vindo a reduzir a oferta de estacionamento, criando constrangimentos aos cidadãos, em especial nas zonas urbanas.

Esta ação decorre ao abrigo dos artigos 163.º, 164.º, 165.º, do código da estrada, conjugados com os artigos 5.º, 6.º e 7.º do Regulamento Municipal de entrega, remoção e recolha de veículos abandonados ou estacionados indevida e abusivamente.

Assim, de acordo com a Informação-Proposta n.º 108/2024, datada de 23 de fevereiro de 2024, da Divisão de Resíduos e Ambiente Urbano (DRAU), importa criar as condições para o estacionamento das viaturas removidas do espaço público, bem como para depósito de outros materiais.

O presente contrato de arrendamento para fins não habitacionais está isento de fiscalização prévia nos termos do artigo 47.º, n.º 1, alínea c) da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

De acordo com o determinado na alínea c) do n.º 1 artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, a assunção dos compromissos plurianuais associados, independentemente da sua forma jurídica, incluindo contratos de locação que, no caso de bens imóveis, configuram arrendamentos está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, salvo na situação prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho

Assim, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, propõe-se que a Câmara Municipal delibere, aprovar a minuta de contrato de arrendamento urbano, em anexo, e que é parte integrante da proposta, e submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização:

- a) da despesa inerente à celebração do contrato de arrendamento para Fins Não habitacionais de um armazém, sito na Rua dos Corticeiros, n.º 29, Loteamento Industrial da Quinta dos Machados, freguesia de Alhos Vedros, devidamente cabimentada pela rubrica 04 020204, com o número sequencial 66022, bem como aprovar a respetiva minuta, junta em anexo, pelo período de 3 (três) anos, pela renda mensal 3.034,20€ (três mil e trinta euros e vinte cêntimos), perfazendo o valor total de 109.123,20€ (cento e nove mil, cento e vinte e três euros e vinte cêntimos) ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho:
- b) da repartição de encargos contratualmente previstos, nos termos e para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, através da assunção dos compromissos plurianuais repartidos da seguinte forma: Projeção Plurianual de Encargos

2024	2025	2026	2027
27.307,80€	36.410,40€	36.410,40€	9.102,60€

Anexos:

-Informação Proposta n.º 108/DRAU/2024, datada de 23/02/2024

- Minuta de contrato de arrendamento”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Este é um contrato simples e, para deixar claro, muitas e muitas vezes as pessoas, quando assinalam carros que já estão em estacionamento abusivo, que é necessário fazer a recolha, etc., esses carros, ou melhor, essas viaturas, porque quem diz carros pode dizer outras coisas, têm que ir para um sítio próprio, onde ficam à guarda da Câmara por um determinado período de tempo, cumprindo os prazos legais admissíveis para a tramitação normal do processo administrativo, e que, uma vez concluído com sucesso, a Câmara Municipal toma posse do mesmo, e depois pode ficar com o bem, se estiver em condições, para uso e serviço da Câmara Municipal, ou pode vendê-lo por lotes, que é aquilo que, muitas vezes, veem nas reuniões da Câmara Municipal. Aqui trata-se de arrendar um armazém, porque precisam continuar a ter um armazém para guardar aquele tipo de viaturas.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter mais pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

“Acerca da proposta a votação, obviamente, voto favoravelmente, no entanto, gostaria de deixar uma ressalva. Foi aprovado nesta mesma Assembleia o efetivar de um estudo para implementar um regulamento de estacionamento abusivo e permanência de viaturas na via pública, portanto, urge questionar também em que ponto de situação se encontra este eventual estudo, pois é algo que se coaduna com esta proposta que agora é aprovada.”

3.5 - Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Município da Moita nos Diretores de Agrupamentos de Escola – 2024

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor do PS, cinco abstenções, sendo quatro da CDU e uma do Vereador Independente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 11/04/2024:

“O novo quadro de transferência de competências nos municípios, na área da educação, estabelecida no artigo 11.º da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, operacionalizada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, o qual concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.

O novo regime redefine as áreas de intervenção e o âmbito de ação e responsabilidade de cada interveniente, assente nos princípios e regras consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, e no Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, ambos na sua redação atual.

O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro procede ao reforço das áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios, conferindo-lhes também novas competências.

O n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, prevê a faculdade de delegação das competências aí previstas, exercidas pela câmara municipal, no diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada e que o n.º 3 do artigo 44.º do mesmo diploma legal prevê a possibilidade de delegação de competências próprias do presidente da câmara e dos órgãos municipais nos órgãos de direção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

O regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, prevê, no artigo 120.º do Anexo I à mencionada Lei, a concretização da delegação de competências através da celebração de contratos Interadministrativos.

A negociação, celebração, execução e cessação dos contratos obedece aos princípios da igualdade, não discriminação, estabilidade, prossecução do interesse público, boa-fé, boa gestão e continuidade da prestação do serviço público e necessidade e suficiência dos recursos.

O agrupamento de escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída pela integração de estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas de diferentes níveis e ciclos de ensino, sendo o diretor o órgão de administração e gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, nos termos dos artigos 6.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação em vigor.

Os órgãos do Agrupamento de Escolas da rede pública do Município da Moita têm vindo a desenvolver competências, ora descentralizadas, na área da gestão administrativa, financeira e patrimonial.

Face ao exposto, propõe-se:

- A celebração de Contratos Interadministrativos, em anexo, entre o Município da Moita e os(as) Srs. (as). Diretores(as) dos Agrupamentos de Escolas do Município da Moita, para o ano de 2024, tendo por objeto a delegação de competências no âmbito do novo quadro de competências dos órgãos municipais em matéria de educação;

- A transferência de 554.784,00€ (quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e oitenta e quatro euros), para os seis Agrupamentos de Escola, respeitantes à delegação de competências, para o ano de 2024, de um total de 719.573,88 € (setecentos e dezanove mil, quinhentos e setenta e três euros e oitenta e oito cêntimos), conforme mapa anexo, na medida em que, no primeiro trimestre de 2024, já foram transferidos para os Agrupamentos de Escola, ao abrigo da cláusula 16.ª dos anteriores contratos interadministrativos, celebrados em 2023 e aprovados em reunião de Câmara de 11 de janeiro de 2023, o valor de 164.789,88€ (cento e sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta e nove euros e oitenta e oito cêntimos).

- Que os mesmos sejam submetidos a Assembleia Municipal.

O presente encargo terá efeitos financeiros na rubrica 03/0405010301 - contratos interadministrativos delegação de competências

Em anexo:

6 Contratos Interadministrativos”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Então aqui, mais uma vez, porque é importante continuar a apoiar as escolas, em todas as suas dimensões, para que possam, e bem, continuar a desenvolver o seu trabalho, que a Câmara Municipal traz aqui estes contratos interadministrativos, delegando nos diretores dos agrupamentos um conjunto de competências, o qual também tem um conjunto de financiamento associado.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Quer dizer que, inicialmente, foram contra a delegação de competências das escolas para as autarquias, mas agora, que o facto está consumado, não podem, nem devem impedir o financiamento necessário às escolas, que agora só pode vir da autarquia, visto que a delegação de competências foi aceite, por isso vão votar favoravelmente esta proposta, fazendo desta intervenção a declaração de voto do BE.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **maioria** com vinte votos a favor, sendo quinze do PS, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes; dez abstenções da CDU.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU proferida pela Deputada Mónica Ribeiro

“A abstenção da CDU tem como primeiro fundamento a nossa posição de princípio sobre a transferência de competências para os municípios, também em matéria de educação, e tem ainda como fundamento não haver, ou pelo menos não ser do nosso conhecimento, uma avaliação do anterior contrato, quer qualitativa, quer quantitativa. Acresce ainda o facto de não termos qualquer informação sobre os relatórios de avaliação da comissão de acompanhamento de transferência de competências.

Por tudo isto, consideramos que não temos informação suficiente para ter outra votação neste caso, que não a abstenção.”

3.6 - Apresentação de relatórios da atividade da Comissão Permanente de Cultura, Educação, Desporto, Juventude, Cidadania e Igualdade e da Comissão Permanente de Ambiente, Infraestruturas e Equipamentos Urbanos, Proteção Civil e Mobilidade

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Passou a palavra à Coordenadora da Comissão Permanente de Cultura, Educação, Desporto, Juventude, Cidadania e Igualdade para apresentar os trabalhos entretanto realizados.

Coordenadora da Comissão Permanente de Cultura, Educação, Desporto, Juventude, Cidadania e Igualdade, Deputada Mónica Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

Como deve ser do conhecimento de todos, porque todas as bancadas participam nesta Comissão, o principal objetivo e trabalho desta Comissão foi a tentativa de implementar a Assembleia Municipal Jovem do Município da Moita. Não vai fazer o historial, porque toda a gente conhece, mas referir que, no final do ano letivo passado, os membros da Comissão foram a todas as escolas, falar com todos os jovens do 8º ano, falaram também com as direções, e sensibilizar os jovens do 8º ano para este ano, no 9º ano integrem o projeto.

Portanto, o ano passado, fizeram um trabalho de sensibilização muito importante junto de todas as turmas do 8º ano, sensibilizando-os a trabalhar, e este ano letivo, deixaram passar o início do ano letivo e, em janeiro, solicitaram então um ponto de situação a todos os agrupamentos de escolas, para saber em que ponto é que estava a implementação do projeto.

Na altura, tiveram logo poucas respostas, no entanto, não ficaram parados, e junto até dos serviços da Câmara Municipal, viram um local para receber os jovens, organizaram a vinda dos jovens, estabeleceram uma data, o que é facto é que depois voltaram a contactar as escolas, e de todos os agrupamentos apenas dois lhes responderam, e, de alguma forma, aquilo que tinham para trabalhar

com o município, deturpava um pouco, ou, se calhar, bastante, aquilo que eram as normas da Assembleia Municipal Jovem do Município da Moita, sobretudo as normas democráticas.

Neste sentido, apenas a Fragata do Tejo, indicava um grupo, não eleito, mas de 5 alunos para virem a debate, e o agrupamento D. João I apenas 1 aluno para vir a debate, mas um aluno não do 9º ano e sim do 8º ano.

Perante isto, a Comissão reuniu, pensou e achou que não estavam reunidas as condições para levar este projeto para a frente, neste ano letivo, uma vez que não tiveram a participação das escolas. O que vão fazer, e isso já está também pensado, é, no início do próximo ano letivo, em setembro, voltar então outra vez às escolas. Pensaram que, sensibilizar no ano letivo anterior, para que fosse registado no plano anual de atividades, se calhar, fosse melhor, mas agora concluíram que é melhor, se calhar, irem lá em setembro outra vez sensibilizar, e estão com a franca expectativa de para o ano terem então a primeira Assembleia Municipal Jovem do Município da Moita, e era esta a informação que gostaria de dar agora aqui no plenário, uma vez que estão todas as forças, mas que, com certeza, já conhecem.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Passou a palavra ao Coordenador da Comissão Permanente de Ambiente, Infraestruturas e Equipamentos Urbanos, Proteção Civil e Mobilidade para apresentar os trabalhos entretanto realizados.

Coordenador da Comissão Permanente de Ambiente, Infraestruturas e Equipamentos Urbanos, Proteção Civil e Mobilidade, Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Dizer que esta Comissão reuniu duas vezes nas últimas semanas. Na primeira reunião, realizada no dia 10 de abril, e uma vez que a Assembleia Municipal não foi convidada para a abertura oficial do novo Centro de Recolha Oficial de Animais Errantes no concelho, solicitaram que o senhor Presidente da Assembleia pedisse essa visita, extensível a todos os membros desta Assembleia. Ainda estão à espera da resposta, apesar do senhor Presidente ter aqui dito, na semana passada, que estariam todos convidados, mas tanto quanto sabe, uma vez que não tem acesso ao computador, estão há espera.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi desculpa por interromper, mas apenas queria informar que a Câmara Municipal já informou os serviços da Assembleia que a visita se irá realizar no dia 11 de maio.

Coordenador da Comissão Permanente de Ambiente, Infraestruturas e Equipamentos Urbanos, Proteção Civil e Mobilidade, Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Depois, fizeram uma conversa interessante acerca dos transportes públicos no concelho, isto ainda na primeira reunião, começando pelos transportes ferroviários que, no entender da Comissão são aqueles que, realmente, no concelho estão a funcionar pior, e aqui a falha é sua, porque ainda não pediu ao senhor Presidente para fazer chegar à direção da CP um pedido de informação acerca do nível de serviço, mas que fará muito brevemente.

Acerca dos transportes fluviais, que não sendo, exatamente, no concelho, afetam grandemente uma parte da população, e o senhor Deputado Pedro Mateus, pela sua experiência, fez o favor de lhes dar um conjunto de informações muito importantes, e ficaram a saber que a operação está a decorrer com normalidade, felizmente, longe dos tempos conturbados já de algum tempo, e não quer dizer que não aconteça, de vez em quando, um ou outro imponderável, mas isso faz parte da vida de qualquer organização, portanto, as coisas estão estáveis.

Em relação aos transportes rodoviários, houve primeiro uma conversa acerca do serviço da TML, porque também várias pessoas aqui vieram à Assembleia Municipal, recorrentemente, referir a problemas no serviço, e bem, este é um dos locais exatos para que a população venha dar conta da sua insatisfação, e então solicitaram uma reunião à TML, que acedeu com grande brevidade, e que irá descrever um pouco mais à frente.

Foi também debatida, porque estava na ordem do dia, a questão do protocolo com os TCB, e foi pedido uma reunião à Câmara Municipal da Moita, que crê que ainda têm resposta, apesar dos desenvolvimentos dos últimos dias, continuam a achar que faz sentido haver um esclarecimento de todo o processo. Felizmente, chegou-se a uma solução em que, neste momento, não estão em causa os transportes, as carreiras 1 e 2 que os TCB que servem o município da Moita, nomeadamente, as freguesias da Baixa da Banheira, de Alhos Vedros e do Vale da Amoreira, mas acham que esta reunião

será sempre útil para perceberem o que é que se passou, o que é que foi feito e o que é que, no futuro, pode vir a acontecer, se é que está previsto alguma alteração.

Solicitaram também a marcação de uma visita de toda a Assembleia Municipal à Amarsul, e crê que também já têm uma resposta de marcação para o mês que vem, porque balizaram um conjunto de datas que seriam úteis para todos os membros da Comissão, esperando que também sejam úteis para todos os membros desta Assembleia, portanto, essa visita vai-se realizar e, naturalmente, todos terão a possibilidade não só de conhecer as instalações aqui entre a Moita e Palmela, mas também colocar todas aquelas questões que acharem pertinentes à administração da Amarsul que, certamente, estará lá disponível para responder a tudo o que acharem conveniente.

No dia 17/04, a Comissão reuniu com o representante da administração TML/Carris Metropolitana, o doutor Rui Lopo, e o 1º Secretário da AML, senhor Carlos Humberto, juntou-se à reunião um pouco mais tarde. Dizer que foi uma reunião muito interessante, um clima ótimo, de conversa aberta, em que a TML fez uma apresentação exaustiva da sua atividade.

Solicitaram à TML que lhes fizesse chegar a apresentação que lhes fez, o que sucedeu hoje, mas pela consulta apercebeu-se que parecia uma versão de trabalho, porque tinha umas quantas notas, e pedia ao senhor Presidente, se não se importasse, que confirmasse que aquela versão que lhes chegou é mesmo uma versão final, ou se houve ali um erro, porque há notas entre slides consecutivos. Portanto, se o senhor Presidente pudesse fazer chegar essa nota à TML, para que depois eles decidam o que fazer para que a apresentação possa chegar, mais uma vez, a todos os membros da Assembleia, porque foi, exatamente, por isso que pediram a reunião, para todos estarem informados acerca do serviço da TML, já que há um impacto grande do seu serviço no concelho, e veem alguns efeitos desse serviço ou, às vezes, de algumas falhas, aqui na própria Assembleia.

Dizer também que o senhor Presidente da Assembleia participou nessa reunião, e têm muito gosto por ter estado, e que venha a mais, acha que faz todo sentido o senhor Presidente, nos temas que entender, estar presente e colocar as suas questões, tal como fez, portanto, o convite mantém-se para as próximas reuniões.

Tentando referir um pouco a apresentação que a TML fez, dizer que a atividade global da TML, nesta altura, conta com cerca de 12000 paragens na Área Metropolitana de Lisboa, cerca de 22000 horários, cerca de 640000 passageiros por dia e 3000 motoristas. Neste momento, quando perguntaram o que é que estaria a ser feito pela TML acerca de tornar o seu serviço cada vez mais limpo, porque como sabem os combustíveis fósseis são um problema, e ficaram a saber que, apesar de em contrato estar previsto 5% de autocarros elétricos, neste momento, eles já são cerca de 9%.

Pode também dizer, até por algumas questões que aqui foram levantadas em tempos, nesta Assembleia, que a TML tem inspetores que acompanham, diariamente, o serviço que é feito nas várias linhas, nas 4 áreas e, neste momento, a operação da TML já atingiu mais de 100% daquilo que estava contratado, portanto, o contrato prevê uns plafonds de funcionamento, que podem ir até aos 110%, neste momento, estão nos 103%, e a TML informou-os que está a pensar no modo como, se for necessário, ultrapassar esses valores nos próximos tempos.

Foi também apresentado um modo de financiamento de toda a operação da TML, e foi explicado que a contribuição do município, tal como a contribuição do Governo que, felizmente, a partir de há muito pouco tempo, ainda no final do Governo anterior, deixou de ser feita de orçamento em orçamento, passou a ter uma lei específica, o que dá uma muito maior estabilidade a este serviço, e que cria uma maior garantia de que não vão haver ruturas no financiamento e que não vão haver problemas por aí.

Sobre a oferta na Moita, antes da TML, os indicadores eram cerca de 0,77 milhões de quilómetros percorridos, na altura da TML foi contratado um aumento para um 1.19 milhões de quilómetros percorridos, atualmente, a TML faz um 1,46 milhões de quilómetros percorridos, o que quer dizer que há um serviço de 122% em relação àquilo que foi contratado. Atualmente, tem cerca de 10000 utentes diários, e é um dos poucos concelhos em o serviço, durante os fins de semana, é equilibrado entre o sábado e o domingo, portanto, há 3000 utentes nos transportes da TML ao sábado e 3000 utentes ao domingo.

A carreira 4600, aquela que atravessa longitudinalmente o Arco Ribeirinho, do Barreiro a Alcochete, é a que tem mais utentes, a carreira 4701, que é aquela que levanta sempre mais questões, tem cerca de 5000 utentes por dia, e é boa a informação que tiveram, e que hoje mesmo foi anunciada publicamente, que a 4701 vai ser reforçada com mais de 40 novos horários, e que vão haver algumas mudanças no serviço, que esperam que venham a resolver, para já, os problemas que têm sido sentidos.

O que pode dar aqui uma ideia, dos números que lhes foram dados naquela reunião, foi que, no início da operação, teriam cerca de 47000 utentes no concelho da Moita, agora têm 122000 utentes, o que quer dizer que o serviço aumentou bastante.

O que pode também dizer é que já foram realizados mais de 80 alterações ao serviço, a TML deixou claro que o serviço da 4701, que é um serviço que sofreu um aumento da procura enorme, e que é de tal maneira crescente, e de tal maneira intensa, aquela procura, que é muito difícil ser assegurada, constantemente, por autocarros, e que a solução da ligação a Lisboa não pode passar por outra coisa que não seja o reforço ferroviário a Lisboa, e esse reforço ferroviário inclui também a terceira travessia.

Estas foram as informações que a TML lhes deixou a TML, como disse a apresentação, depois desta nota de que pode ter havido ali um problema com o ficheiro que lhes foi enviado, que depois será endereçado pelo senhor Presidente a todos os membros da Assembleia, para que todos tenham conhecimento do que lhes foi informado.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Informou que as datas que têm marcadas para as visitas, e que depois o senhor Coordenador verá, serão, ao CROAE, dia 11 de maio, às 11 da manhã, que é um sábado, e à Amarsul, dia 20 de Maio, às 16:00, que é uma segunda-feira, e será extensivo a toda a Assembleia Municipal e poderão conhecer estas instalações.

Ao CROAE, foi articulada esta data com a senhora Vereadora Anabela Rosa, que tem o pelouro, e a data da visita à Amarsul, no dia 20, articulada com o seu Conselho de Administração.

Uma vez que esta Comissão, como se sabe, já fez também uma visita à Simarsul, no ano passado, com muitos membros da Assembleia Municipal e até dos executivos de algumas juntas de freguesia, pelo que pensa, se o senhor Coordenador estiver de acordo, que poderá ser extensivo também alguns membros dos executivos das juntas e uniões de freguesia que queiram conhecer estas instalações, e a Assembleia Municipal tem todo o gosto, mas têm que indicar o número de pessoas antes da visita se realizar.

3.7 - Apreciação da Atividade Municipal

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Presidente da Câmara que fizesse a apresentação do Relatório da Atividade Municipal.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Respondendo e dando nota só de duas situações que foram feitas numa intervenção política, assim interpreta, dada a extensão e o tempo que foi utilizado pela senhora Deputada Fernanda Gaspar, que falava do que é que estava aqui a ser feito, e isto também no âmbito da atividade municipal e o que é que tem vindo a ser feito, no relatório há aqui 2 contratos, um contrato de conservação e construção de pavimentos no concelho da Moita, neste caso, plurianual, para o ano 2024 e 2025, lote 1, que já tinha sido lançado, e que como calculam e devem saber, estes contratos, dada a sua dimensão e extensão, dada a sua tramitação, demoram a ser desenvolvidos, e como não são lançados em concursos público urgentes, não demoram apenas 10 dias, seguem aquilo que é o normal.

O contrato, neste caso, em particular, o lote 1, é de 137.075, 25 euros, e tem como objetivo a conservação e construção de pavimentos no concelho da Moita, neste caso, na freguesia da Moita e na União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos. Depois, já outro contrato que é referente ao lote 2, também de conservação e construção de pavimentos no concelho, neste caso, plurianual 2024 e 2025, que entra agora em vigor, já foi assinado por ambas as partes no dia 19/04/2024, cumpridas todas as formalidades contratuais, neste caso, o valor é 222.852,50 euros, e este lote, em particular, é referente à freguesia de Alhos Vedros e à União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira.

Isto porque a Câmara Municipal, como calculam, tem um número de trabalhadores limitado, a oferta e a disponibilidade não é muita, têm estado a abrir concurso, e dizer também que, até pela transparência e pela diferença que quiseram imprimir na forma como eram feitas as contratações, todas elas decorrem numa plataforma informática, tudo com total transparência. As pessoas que, por algum motivo, não tenham acesso ao computador para se poderem inscrever, a Câmara Municipal, nos serviços de recursos humanos, tem um computador disponível, e não será por não terem computador

que deixam de aceder às ofertas emprego, assim tenham, neste caso, enquadramento legal para poder aceder ao mesmo concurso.

Esses mesmos concursos são publicitados e publicados, seja em edital, seja em papel, e agora têm um para engenheiro mecânico aberto na Câmara Municipal por isso, da mesma forma que disse para todos os outros concursos, quem quiser vir trabalhar para a Câmara Municipal que concorra, e que depois passe pelas provas, estude para ter boas notas nos testes, prepare-se para as entrevistas, que é o normal, e depois, neste caso, os serviços desenvolvem o seu trabalho e entrarão em função da classificação que assim tiverem. É essa a forma das pessoas que querem vir trabalhar para a função pública conseguirem um contrato estável de trabalho, é essa a forma e não outra.

Depois, se lhe é permitido, o trabalho que têm vindo a desenvolver ao longo destes últimos meses, relativamente igual aos outros, é extenso, da mais variada ordem, agora, veem alguns projetos que demoraram muito tempo a desenvolver a ganhar forma, a ganhar corpo, a serem executados no espaço público, na via pública, mas houve todo um outro trabalho enorme, preparatório, para fazerem as coisas como deve ser como podem ver

Dizer também às pessoas da Vinhas das Pedras, que hoje lhe perguntaram, que ainda não estão as feitas as ligações ao ramal definitivo e que está em execução, que haverá um dia que as pessoas da Vinha das Pedras serão informadas que irá ser feito um corte de água para depois ligar aos ramais dos prédios, para serem então abastecidos pelo novo ramal de água que estão agora aqui a fazer.

Também já o alertaram que faz falta intervencionar o Vale da Amoreira, onde não existe cadastro, como aqui foi dito, e faz falta outras tantas coisas, por isso, é um trabalho contínuo, que não para e que continua.

Mas, e fugindo aqui a um ponto, só para deixar uma coisa clara, estão a celebrar Abril, e incomodou-o o reparo que o senhor Deputado fez, relativamente à conversa que, neste caso, estava a ter aqui com o senhor Vereador Luís Amieiro, relativamente ao livro que aqui têm da resistência à liberdade, e estavam a trocar algumas ideias sobre esse livro que, em nada, estavam a incomodar a Assembleia, e custou-lhe esse reparo feito pelo senhor Deputado Municipal. Ainda vivem em liberdade, ainda têm liberdade para reunir, para discutir, para trocar ideias, e espera que não vejam qualquer mal, e não fique incomodado, por esta salutar troca de ideias, e que possam todos continuar a trabalhar e a fazer tudo isto em liberdade.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocado relatório à discussão intervieram:

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Toma esta nota do senhor Presidente Carlos Albino como incompreensível, especialmente, após o pedido, com que concordam plenamente, feito pelo senhor Deputado António Costa, acerca do modo como se devem comportar nesta Assembleia Municipal. dando, explicitamente, o exemplo na bancada da CDU e na bancada da Câmara Municipal, portanto, estava alguém a falar e o senhor Presidente estava, claramente, distraído, não estava a ouvir o que estava a acontecer, estava a conversar com outro membro da Câmara Municipal que, por acaso, até é do seu partido, e com quem simpatiza, particularmente, portanto, é o que é.

Mas, indo ao relatório ao relatório municipal., já se habituaram, desde o início deste mandato, mas, volta e meia, tem que voltar a dizer isto, é que no relatório da atividade municipal, tal como em outros documentos mais públicos da Câmara Municipal, os eleitos da CDU são, constantemente, omitidos. Neste documento não existe uma única referência, não existe uma única fotografia de um eleito da CDU, portanto, estão, mais uma vez, como já foi dito aqui várias vezes, a comemorar os 50 anos do 25 de Abril, e este executivo PS, a única coisa que faz em relação à divulgação das atividades do município é omitir os eleitos da CDU.

Segunda nota. A Câmara Municipal entendeu não só não promover o desfile, como criar uma série de diversões à data do desfile, mas entendeu criar uma arruada para comemorar o levantamento das Caldas de dia 16 de Março, com o qual concordam, e tanto concordam que estiveram presentes. Esteve o senhor Vereador António Carlos Pereira, estiveram 2 ou 3 funcionários do município, esteve o grupo Os Courelas, e se disser que estiveram mais do que 7 pessoas, no conjunto dos dois locais onde houve essa arruada, se calhar, até pode estar a exagerar. O senhor Deputado do PS esteve na Moita, o próprio esteve na Baixa da Banheira, a senhora Vereadora Vivina Nunes esteve nos dois lados, o senhor 1º

Secretário, Deputado António Chora também esteve presente, por isso devem ter sido uns 7. O que isto quer dizer, é que não houve um trabalho de divulgação conveniente para comemorar aquela data, que teve o seu papel na história pela libertação do povo português de uma ditadura de 48 anos.

Sobre esta Assembleia, lamentavelmente, não ter sido convidada para o CROAE, como já referiu anteriormente, e volta a referir agora, e que, felizmente, estão todos convidados e podem ir lá ver, mas ainda sobre o CROAE gostou de saber que houve um aluno do concelho que fez o desenho da mascote, mas ficou sem saber se foi esse esse aluno do concelho que fez aquela arte, aqueles desenhos, na parede do CROAE, e se foi, dá-lhe os parabéns, se não foi gostava de saber quem foi, já que não está no relatório de atividade municipal e também não encontrou em nenhuma publicação da Câmara.

Na página 55, estão um conjunto de um quadro com solicitação e articulação de apoios para atividades culturais e desportivas, e nada contra nenhuma delas, absolutamente, nada, acha que o papel do município é, exatamente, ajudar as entidades do concelho a promoverem desporto, cultura, recreio, para todos, o que gostaria era que, naquele quadro, as siglas que são usadas para anunciar cada uma das entidades que são apoiadas, fossem mais perceptíveis e, de preferência, que não fosse usada a referência “outros” quando se designa uma entidade, e essa é uma questão porque ficou sem saber o que é que são os “outros”.

Na página 65, em relação à divisão de pessoal, recrutamento e formação, há uma informação, e há ali uma nota que, também para ser sincero, não lhe pareceu que deva estar num relatório deste tipo, porque se diz que é da responsabilidade da divisão de pessoal, a gestão de cerca de 1123 trabalhadores da Câmara Municipal da Moita. Ora, a questão é que, à data do relatório, à data e que foi escrito o documento, não sabiam quantos trabalhadores é que a Câmara tinha? É que admito, com entradas e com saídas, na altura do relatório, podiam ser uns e agora seriam outros, mas à data que se escreveu o relatório, não podem dizer que é cerca de 1123, têm de saber qual é o número.

Na habitação, falaram agora aqui e aprovaram a alteração à Estratégia Local de Habitação, e têm que dar os parabéns à Câmara Municipal da Moita, que ao fim de, não 3 anos, mas 2 anos e 6 meses, já têm 2 habitações prontas. Parabéns. Sinceros parabéns, porque é uma habitação por ano, ou nem chega a uma habitação por ano.

Sobre as redes sociais, volta a dizer, que a descrição da atividade do município nas redes sociais ocupa 4 páginas, mais uma vez, há uma dificuldade deste município em condensar a informação num quadro simples, onde se possa ver a informação toda, sem estarem a ir ao pormenor de saber que publicações é que foram feitas, quantos gostos é que tiveram, quantas partilhas é que tiveram, porque acha que isso é algo que é, profundamente, irrelevante e, ainda por cima, revela, em relação a outras partes do mesmo relatório que dão, exatamente, a mesma atenção ao Facebook, que dão aos eventos nas bibliotecas ou noutros espaços do município, e acha que não são, exatamente, a mesma coisa.

Deputado Elvis Freitas do Grupo Municipal do PSD

Aproveito o relatório da atividade municipal para falar aqui de questões de trânsito. Verifica que alguns municípios o têm abordado, com alguma regularidade, e até insistência, relativamente à questão da ciclovia da estrada dos Espanhóis, aquele troço que liga a rotunda do Touro à rotunda das Gaivotas, não pela ciclovia em si, mas pela delimitação que lá foi colocada com aquelas barreiras de betão, que não resultam muito bem do ponto de vista estético, que até parece que a estrada fica mais estreita e condiciona um pouco quem circula no sentido da rotunda do Touro para a rotunda das Gaivotas, portanto, quem vai ladeando pela esquerda, e que tem tendência a se aproximar do eixo da via para se desviar dessas barreiras daquilo, enfim, pondo até um pouco em causa a segurança.

Naturalmente, a segurança de quem circula na estrada é importante, mas também a dos ciclistas e de quem vai ali pela ciclovia, é muitíssimo importante, e daí, certamente, a preocupação de colocar ali umas barreiras fortes e estáveis que garantissem, não só a estabilidade da construção, mas a segurança das pessoas e bens. Contudo, seria de pedir ao senhor Presidente que considerasse a possibilidade de encontrar ali uma estrutura diferente, por exemplo, com as balizas flexíveis, que são aqueles pilaretes, aliás, está lá um ao princípio, e aquilo não é assim uma coisa tão frágil quando se julga, ou se possa julgar, porque, inclusivamente, é essa a solução encontrada no IP4, que é uma das vias com maior sinistralidade deste país, e as faixas estão delimitadas por barreiras flexíveis.

E, parece-lhe que esta pequena ciclovia, numa estrada em que o limite de velocidade até é de 70 km, não será assim uma coisa por aí além, e, do ponto de vista estético, resultaria muito melhor, até porque, se é coisa que faz falta à entrada da Moita, são arranjos estéticos, porque aquela entrada, quem vem da rotunda das Gaivotas para baixo, precisava mesmo de uma intervenção urgente do ponto de vista estético, e esta, se calhar, é uma oportunidade de melhorar ali esse aspeto.

Outra questão, e sabe que não é de responsabilidade da Câmara o que agora vai referir, e que tem a ver com o troço do viaduto sob a A33, que não é da responsabilidade da Câmara, porque a Câmara não construiu aquilo, mas cabe pedir ao senhor Presidente que tenha também intervenção nesse sentido porque, quem se dirige no sentido do Penteado, ou do Pinhal Novo, para a rotunda das Gaivotas, muitas vezes, vê a sua capacidade de circulação interrompida pelo grande número, e cada vez maior, número de carros que quer virar à esquerda para a A33, em direção ao Barreiro, e como a escapatória que ali, aquela faixa, é reduzida, basta estar ali meia dúzia de carros que interrompe logo o trânsito.

Sucede, que só tem uma faixa e, muitas vezes, e já observou isso porque passa ali todos os dias, muitos carros, para ultrapassarem esse problema, saem da sua faixa de rodagem e entram na faixa que vem da rampa da A33, causando ali, ou pondo em causa, enfim, um acidente a todo o momento, portanto, seria de pensar na possibilidade de impedir que se virasse à esquerda, e que o trânsito que pretendesse ir para o Barreiro desse a volta pela rotunda e seguisse o caminho normal, pois não é assim tanto trânsito que vá provocar um mal maior na circulação, aliás, aquilo está tão bom que não vão ser mais meia dúzia de carros que vão interromper ou impedir ali a circulação.

Portanto, ficava aqui este pedido ao senhor Presidente, para que, se puder, alertasse, não sabe se a Infraestruturas de Portugal, porque não sabe quem é que é responsável por aquilo, para que se impedisse a possibilidade de virar à esquerda, de modo a tornar mais fluído o trânsito.

Terceira e última nota, bem sabe que, enquanto não se resolver o problema do buraco, e diz esta palavra aqui só uma vez, porque isto já foi tantas vezes aqui dito que já chateia, desculpem-lhe a expressão, mas, aliás, o chateia até é o de menos que já se ouviu aqui, hoje, nesta Assembleia, portanto, dizer que já chateia aqui, hoje, até são rosas, neste caso, cravos, porque já se ouviu aqui coisas bastante mais espinhosas. Portanto, a última nota era relativamente ao trânsito, e enquanto não se resolver o tal dito problema que o senhor Presidente, bem aqui anunciou, que já tem, resolução à vista não, mas pelo menos o passo inicial para se chegar a essa resolução, bem se sabe que não vai ser possível ter as estradas em condições, porque o trânsito que está a fluir para vias que não foram concebidas para tal, naturalmente, provoca danos, mas as pessoas que se servem dos transportes públicos, e que estão em paragens improvisadas, precisavam de maior apoio, nomeadamente, uns abrigos, nem que fossem temporários, porque quando chove, e tem chovido, ainda há 2 semanas atrás houve umas tempestades terríveis, e agora, em dias de calor forte, pedia também que houvesse alguma atenção a isso.

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Quer colocar aqui algumas questões, porque não vê aqui neste relatório, nem teria que estar, mas que gostaria de deixar aqui, mais uma vez, e que tem a ver com o seguinte. Foram feitas aqui duas perguntas na altura do público, já nas duas reuniões, sobre a possível dívida da Câmara à EDP que está a atrasar a piscina da Moita, e gostava que o senhor Presidente, claramente, aqui desse uma resposta clara. Sabe que o senhor Presidente não gosta muito de falar sobre boatos, mas um boato começa a soar e depois é uma chatice, mais vale desmentir já ou confirmar.

Outra coisa, ainda na mesma enfiada, que gostaria de saber, é o que é que se passa com aquele “mamarracho” que está na parte de cima da piscina, que, supostamente, seria uma inspeção de automóveis, e nem sabe o nome daquilo, mas que já anda para ali, aos anos, completamente encerrado, sem nenhuma atividade.

A terceira questão, tem a ver com a recolha de monos que está, novamente, com alguma deficiência na Baixa da Banheira. Já piorou, já melhorou, está a piorar outra vez, portanto, gostava de perguntar o que é que se está a passar. Em tempos, eram carros avariados, era uma série de coisas, e agora gostava de saber o que é que se passa.

Quanto às ervas, já deixou aqui duas referências, à rua da Liberdade e à rua Alves Redol, e este fim de semana deparou-se com outra questão, que é curiosa, porque há três bancos na lateral da Igreja da Baixa da Banheira, dois estão perfeitamente limpos no que diz respeito às ervas, mas há um em que as ervas cresceram de tal maneira que até já estão a entrar pelo banco, e as pessoas não se sentam ali para não “machucar os malmequeres”, portanto, gostaria de saber qual é a curiosidade daquilo, provavelmente, foi um esquecimento de algum funcionário, que limpou debaixo dos outros e esqueceu-se daqueles, e eram estas as questões que, para já, queria deixar aqui.

Deputada Fernanda Gaspar do Grupo Municipal da CDU

Neste ponto tem algumas questões a colocar, de necessidades, quanto mais não seja, para tomarem nota delas, e espera que não digam “pode pôr por escrito”. Aproveita a oportunidade de fazer parte desta Assembleia Municipal, tal como outros membros, para colocar algumas questões.

Por acaso, tinha um aspeto aqui para colocar, mas que já foi colocado pelo senhor Deputado Elvis Freitas, relativamente à questão das limitações das ciclovias, com aqueles bocados de betão. Achando, e é apenas uma opinião, e é tão válida como qualquer outra que, provavelmente, até poderá ser um motivo preocupante, sobretudo, para veículos de duas rodas motorizadas que, embatendo, torna-se mais perigoso ainda para as suas próprias vidas. Por outro lado, não gosta, também do ponto de vista estético, e espera não ver, tal e qual como aqui têm nesta entrada da Moita, entre as duas rotundas, porque não gostaria de ver na via que vai da Fonte da Prata até à rotunda das Oliveiras, porque já viu começarem também a colocar essa delimitação nas ciclovias.

As questões que tem a colocar, tem a ver também com a recolha de monos, ou a recolha de verdes, e deixa aqui uma nota, mesmo no sítio em que reside, a rua João Pereira da Rosa tem o entroncamento com a Alexandre Herculano, e depois tem, provavelmente, cerca de 50 a 70 metros, que é a mesma rua, mas que está em terra batida, não está alcatroado, e ao meio da rua tem dois contentores de lixo dos normais, portanto, não é daqueles de separação, e a questão que coloca é a necessidade, por parte da Câmara Municipal, investir na educação da maior parte da população, para usar devidamente os equipamentos e não colocar tudo em volta dos contentores do lixo e por trás.

Deve dizer que hoje até tirou tenho fotografias, e quer dizer e aqui expressar que, em determinada altura, não permanecia durante muito tempo aquela quantidade imensa de lixo, que vai desde os verdes, bocados de árvores, até tudo, muitas vezes, nem põem os sacos do lixo dentro do próprio contentor de lixo, mas depois também restos de construção civil, é de tudo, e, nos últimos anos, o que se tem detetado ali, e nos últimos tempos, é algumas viaturas, eventualmente, a pararem e a fazerem ali um depósito desses mesmos lixos. Portanto, por um lado, é tentar investir, porque aquela é uma localidade em que as pessoas têm muito o seu quintal e algumas árvores, para ver se aquele projeto da recolha dos verdes, que seria porta a porta, poder sensibilizar as pessoas residentes ali naquela zona para isso mesmo.

Pessoalmente, quando fazem a limpeza de algumas das árvores, atam tudo muito bem, e estão a ver quando é que a recolha dos monos para pôr lá mesmo ao lado, mas isso não é igual para toda a gente, e, sobretudo, porque está uma habitação que, apesar de não estar ninguém a residir, está a ser completamente degradada, com os lixos que encostam a essa habitação, e o que deixo aqui, como necessidade urgente, é aquele troço da rua João Pereira da Rosa ser alcatroado, e a recolocação daqueles dois contentores do lixo, não no meio da via, mas mais atrás, ou noutra localidade, tanto mais que, também na zona, e usa devidamente os equipamentos, deve já dizer, existe um restaurante, e até se admira eles não se sentirem um pouco mal, porque se tivesse os clientes a irem lá, não gostava nada, e também é cliente daquele restaurante, como de muitos outros, de ter aquela visibilidade horrorosa de ter, permanentemente, os lixos.

Em determinada altura, havia, de facto, uma recolha mais assídua dos monos e de outros lixos, ultimamente, tem levado muito mais tempo. Apesar, e deve dizer aqui, que quando vão recolher, e com as máquinas, porque assim é, e é um trabalho que tira o chapéu a quem o faz, aos trabalhadores da Câmara Municipal, que fazem este tipo de trabalho, mas, muitas vezes, por trás de um contentor, até fica um buraco mais afundado, que depois serve para algumas pessoas irem logo lá, imediatamente, pôr os seus lixos, portanto, é tentar encontrar ali alguma solução, que passa por uma educação e uma escolha melhor, para as pessoas poderem colocar os seus lixos, e dar também um outro ar.

Depois, mesmo nessa via também, há ervas bastante altas. Felizmente, não está lá nenhum “banquinho”, porque senão diria que as pessoas que se sentassem seriam “as autoestradas para as carraças”. Gosta de brincar, apesar de, com coisas muito sérias, tenha que ironizar um bocado, para ver se entendem que aquilo está mesmo muito, muito mau.

Depois, de algumas das voltas que dá ao nível da freguesia, e não é só uma questão de alindar, é mesmo necessário olhar aos passeios, e que é um trabalho que nunca está concluído, por pequenas ruturas, mas, sobretudo pela quantidade de ervas que se estão a juntar, e deixa aqui, como preocupação futura para a Câmara Municipal, o terreno que é de sua propriedade, e que fica entre a rua Camilo Castelo Branco e a rua Alexandre Herculano, e também nas Arroteias, que tem, neste momento, já com uma dimensão muito alta, ervas que são malvas, mas no meio, junto a um estacionamento que lá está, e, como ali também ficam muitos carros, algum incêndio pode provocar, de facto, perdas muito maiores em vários equipamentos, também para as habitações, e com tempo de antecedência, era fazer-se a limpeza também a esse terreno da Câmara Municipal.

Deputado Humberto Rosa do Grupo Municipal do PS

la falar sobre a Dekra, mas o 1º Secretário, Deputado António Chora, já falou, e queria também perguntar à Câmara o que é que pretende fazer nas salinas, porque verifica que há ali umas obras, e gostava, como cidadão, de saber o que é que se passa ali.

Por outro lado, também queria lembrar o senhor Deputado João Figueiredo que, quando o poder autárquico da Moita era da CDU, “também não nos passavam cartão a nós, portanto, sempre fomos maltratados, sempre foi, e eu acho que nós não vos estamos a fazer isso”. É um alerta, porque as pessoas, às vezes, esquecem-se

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Quería só colocar uma questão, e parte desse pavimento até já está colocado, demorou algumas semanas, e o seu carro foi um dos que lá passou, diariamente, a fazer de compactador de cilindro, está a falar ali no Carvalhinho, na Moita, mas na rua do Povo Unido, a seguir ao antigo Rádio Clube da Moita, para quem é desse tempo e conhece, aquilo esteve lá um buraco durante semanas, houve ali uma intervenção da Câmara, não sabe, exatamente, do quê, e esteve lá o pavimento de betuminoso por repor durante semanas, e os carros iam ali passando e compactando, e também nunca viu lá cilindro nenhum.

Mas, só para lembrar, que a calçada que está na berma, uma calçada grossa que foi arrancada, nessa altura, o betuminoso foi colocado, mas a calçada, essa já dura meses, continua lá por repor, não sabe se está esquecido, se é competência da Câmara, se é de outra entidade, mas queria lembrar aqui o senhor Presidente relativamente a essa questão.

O senhor Presidente já falou aqui dos lotes previstos para intervenção de repavimentações, e queria, exatamente, pedir que, assim que possível, fizesse chegar à Assembleia qual é o plano de pavimentações e repavimentações que o município tem, e não sabe se o senhor Presidente o está a ouvir, ou se não está, e que está anunciado e que está previsto. E isto porque, há ruas e estradas em que, necessariamente, tem que ser uma repavimentação, porque já tem uma pavimentação de há muito tempo, há outras que são intervenções que devem ser feitas, oportuna e imediatamente, assim que o problema surge, e arrastam-se até que se agravam.

Dá aqui, por exemplo, uma situação na Brejoeira, na rua do Pinheiro Forte, logo a seguir à antiga estrada nacional, a estrada antiga que vai para Palmela, há ali um entroncamento em que aquilo começou ali só por um buraquinho, por ter saltado um bocadinho de betuminoso, nunca foi feito nada e agora já está lá uma área muito grande para repor, portanto, há aqui um custo de oportunidade, quando as intervenções não são feitas logo, no tempo certo, e no tempo deve ser feito.

Por exemplo, o Deputado Elvis Freitas falou aqui naquele troço de estrada entre a rotunda das Gaivotas e a rotunda do Touro, no final há um sumidouro, e aquele pavimento até é novo, e aquilo com as alterações e mudanças que a Câmara foi fazendo, reperfila a estrada daqui, reperfila a estrada dali, lá no final está lá um sumidouro, ao lado do sumidouro está lá um grande buraco, onde já caiu e já ia dando cabo de uma jante, por acaso, não chegou a isso, porque senão tinha que apresentar a conta à Câmara, mas sabe que já mais pessoas têm lá caído e, neste momento, já está um buraco com uns 30 centímetros de largura por 20, mas se não intervirem, como aquilo tem vindo a alargar, vai ficar maior, e é daquelas pequenas coisas que, quando não é feito logo, depois têm um custo muito mais oneroso, e isso com prejuízo, necessariamente, para os municípios.

Portanto, não vai falar do tal buraco do cais, porque que esse já foi aqui falado, e repete-o, novamente, mas só para lembrar que, há bocado, foi colocada uma questão pelo senhor município sobre o cheiro nauseabundo, e acha que o senhor Presidente não respondeu a essa parte da pergunta, e que gostava que respondesse, porque também conhece a zona, morou lá muitos anos, nasceu ali, conhece as pessoas e sabe que, de facto, é um problema que atormento ali as pessoas, e ficar à espera do tempo da obra anunciada, para qualquer resolução, uma vez que a intervenção é no pluvial e aquilo é esgoto doméstico, que dá esse cheiro nauseabundo, exatamente, o que é que está a pensar fazer em resposta à questão que já foi aqui colocada por um senhor município, e, para já, é só.

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

A sua intervenção não é, propriamente, para colocar questões, mas sim algumas considerações, e fazer dois apelos na parte final.

Dizer que existem, até neste trimestre, várias questões muito positivas em Alhos Vedros, no seu entender, e naquilo que consegue aferir por parte da população. Em relação, por exemplo, à substituição da rede de água na Quinta da Fonte da Prata e na Vinha das Pedras, que era algo muito

importante e desejado pela população, para que hajam menos ruturas e para que o abastecimento de água, nesta zona de Alhos Vedros, se processe de forma normal.

Depois, em relação à mobilidade e aos transportes, algo muito relevante também são as duas linhas novas, do 4106 e do 4107, que estão a operar desde o início de abril e que vão aos Brejos Faria, e nunca houve transportes para os Brejos Faria, ao Cais do Descarregador, à Vinha das Pedras, ao centro de saúde, que nunca houve transporte na freguesia para o centro de saúde, e que até era bastante afastado do centro da vila em relação aos transportes, o reforço nas escolas, nas Arroteias e também no centro da vila.

Depois, realçar, que a escola José Afonso vai ter ensino secundário a partir de setembro, e nunca teve ensino secundário. Está tudo aprovado junto das entidades competentes e vai avançar o ensino secundário, algo que é uma conquista para Alhos Vedros, com as entidades envolvidas, naturalmente, com a Câmara Municipal da Moita a liderar, e agora a ter um papel importante, até setembro, de criar as condições para que os alunos comecem a ter as suas aulas de 10º ano do ensino secundário.

Queria também realçar que a Junta de Freguesia, por delegação de competências, resolveu uma importante e grave infiltração no pavilhão José Afonso, que subsistia já há muitos, muitos anos, e foi a Câmara Municipal da Moita que lhes entregou a verba, os recursos financeiros, fizeram a adjudicação e este problema foi resolvido, de uma infiltração exterior e interior do edifício que chegou a causar danos, tanto no piso, como em mesas de ténis de mesa, porque a Academia 8 de Janeiro treina neste lugar.

Depois, queria manifestar a minha preocupação com a segurança em Alhos Vedros, e não podia deixar de dizer isto, porque tem enviado vários e-mails para a GNR, e têm existido vários assaltos e furtos na localidade de Alhos Vedros, e não é só à noite, e também têm acontecido furtos nas escolas. Só na escola sede José Afonso foi um, e na Bela Rosa, passado ali quase uma semana ou duas, foi um segundo assalto que aconteceu ali no espaço de semanas, e que levaram bens de valor significativo. E, isso é uma preocupação para todos, não é só para a Câmara, para a Junta, para a população, em relação a esta questão dos furtos e dos assaltos.

Queria dizer que, é com especial contentamento pessoal, ouvir o que foi comunicado, que a Câmara tinha comprado um equipamento, uma máquina de CCTV para análise das ligações irregulares do saneamento dos esgotos. Acha que é um equipamento muito importante, além do outro que já tinham adquirido, este foi um investimento também muito importante. Não sabe se o equipamento tem estado a ser utilizado, ou se já foi utilizado, mas de certeza que há várias ou mais ligações irregulares que precisam ser corrigidas, e dá os parabéns à Câmara, porque acha que esta obra que também foi identificada pela Junta, na rua João Anes, ao pé das piscinas, e que existiam 8 moradias que estavam a descarregar na vala dos Brejos Faria.

Portanto, tem sido um trabalho persistente, mas este trabalho não vai acabar tão depressa, de certeza, face à gravidade do que se passa em Alhos Vedros em relação a esta situação, e acha que é importante continuar este trabalho porque ainda existem várias situações e problemas.

Outra questão, e um apelo que queria fazer em relação ao moinho de maré, e que tomou conhecimento porque o senhor Presidente lhe comunicou, que a sustentabilidade do edifício, ou as fundações, estes termos técnicos, para si, são mais difíceis, daquela análise que foi feita por uma equipa, ou por equipamentos especializados, revelaram que este equipamento tinha problemas, pensa que é assim. Portanto, esta situação já podia ter sido avaliada anteriormente, em 2006 e 2007, porque a Câmara fez obras neste edifício e podia, eventualmente, até ter sido detetado nesta altura.

Mas, o importante é que este edifício, daqui a 11 anos, faz 600 anos. Isto é um edifício de extrema importância para o concelho, e até para toda a região sul, porque não sabe quantos haverá em tão bom estado aqui no distrito, e estão a falar de uma construção no rio feita há quase 600 anos, e que a população ainda o recebem num ótimo estado, apesar desses problemas que estão agora identificados e que, provavelmente, serão resolvidos, espera, portanto, é algo absolutamente extraordinário, a forma como se construíam edifícios, os moinhos de maré, na zona ribeirinha e no rio, e, de certeza absoluta, as pessoas, há 600 anos, já tinham uma grande capacidade de construir edifícios e é de louvar.

Para finalizar, a casa de sal no parque das Salinas. O parque das Salinas é um parque que tem 20 e tal anos, com problemas sobejamente conhecidos, vários problemas. Já falou aqui nisso, já falou também com o senhor Presidente, todos têm conhecimento dos problemas que existem há muitos anos neste parque, mas não vai falar das questões hidráulicas dos esgotos que passam por lá e dos problemas que existem há muitos anos. Vai falar da casa de sal, que é um equipamento também muito importante, que é uma memória das salinas e da zona envolvente ali daquele parque, representativo do trabalho da exploração do sal em Alhos Vedros e, no seu entender, deveriam pensar e tentar encontrar uma

solução, este ano ou para o ano que vem, para recuperar e dar funcionalidade pública a este edifício, e estão disponíveis para encontrar soluções para resolver aquela questão.

Tem consigo uma ata de 2014, em que havia um vereador que pedia, para este edifício, “serem feitas obras mínimas e uma pintura”. Em 2014. Passados 10 anos, acha que é altura de pintar, efetivamente, a casa de sal, porque, também na altura, o então Presidente da Câmara referiu que iria “analisar e que ia tentar pintar, avaliar e executar”, mas não o fez, e acha que é agora, e é a pedido da população, que se encontre ali uma solução para a utilização pública daquele edifício.

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal, António Duro)

Informou que tinham ainda mais 3 inscrições, o período termina dentro de 20 minutos, aproximadamente, portanto, agradecia, para que autarquia tenha tempo para dar respostas, que fossem o mais breves possível.

Deputada Teresa Lésico do Grupo Municipal da CDU

O que vai falar já foi aqui, várias vezes, repetido, que é aquela questão dos monos. Mora no Bairro José Ferro, e, nomeadamente, a rua das Castanhas, teve um aumento significativo de nova população, o que leva a que os monos, por causa de obras, ou por causa do recheio que essas mesmas casas tinham, é posto ao lado do contentor, e a última vez que foram lá buscá-lo levaram 2 meses com colchões, com mobílias, tudo ao lado do contentor. Ora, no seguimento dessa mesma população que foi para lá morar, e ainda bem, porque gostam de ver criança e gostam de ver casas habitáveis em vez de estar a cair, mas a própria Câmara tem que ter uma outra postura em relação também aos contentores existentes, porque é pouco. Só um contentor, no início da rua, não dá para tanta gente, portanto, carece que metam lá outro contentor.

Depois, aquele autocolante que está colado aos contentores, em que a recolha dos monos é a quinta-feira e ao domingo, ainda que não tenha a certeza, mas há quinta-feira é, não corresponde à verdade. Não corresponde à verdade, e carecia também que metessem novos autocolantes a dizer, exatamente, os dias, horas e um número de telefone para onde as pessoas possam telefonar, em caso de quererem essa recolha por terem monos para pôr ali, porque aquilo é sacos, sacos e sacos, restos de arvoredo que cortam ao fim de semana, porque a maior parte das pessoas trabalham e é ao fim de semana que fazem este tipo de trabalho, e também a falta de educação que há para se poder pôr o lixo no sítio certo.

Portanto, é todo um trabalho que tem que existir da parte dos serviços, seja por folhetos, seja por autocolantes no próprio contentor, aumento dos contentores e a lavagem desses mesmos contentores a tempo e horas, para que tenham o cuidado, porque o cheiro, quando chegam ali ao domingo à tarde, até que venham depois, na segunda-feira, buscar aquele tipo de lixo, é um bocadinho desagradável para quem ali mora, e gostava de ver este pedido aqui ouvido e pensado.

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

Esteve a ler, com alguma atenção, o relatório da atividade da Câmara e tinha aqui algumas questões para colocar, e também algumas observações para fazer.

Ficaram a saber de uma reunião que foi feita com a Amarsul, nomeadamente, na sequência daquilo que foi a posição que a Câmara tomou na assembleia de acionistas da Amarsul, e por isso gostaria de questionar se houve desenvolvimentos por parte dessa entidade, tendo em conta que é visível a todos que, de facto, a Amarsul não está a corresponder àquilo que são as necessidades dos munícipes na Moita, nomeadamente, no que respeita à quantidade de pontos de depósito e à sua recolha, e acha que era importante também saberem qual é que foi o compromisso que a Amarsul tomou nesse sentido.

Depois, por acaso, era uma questão que já tinha aqui para colocar, mas, na sequência da apresentação da Comissão pelo Deputado João Figueiredo, ficou aqui um bocadinho na dúvida, no que respeita à carreira 4701, porque ficou sem uma certeza clara que existe, efetivamente, por parte da TML a tentativa de resolução desta carreira, isto porque sabem que existiu, efetivamente, um aumento do volume de utentes significativo nesta carreira. Mas, por acaso, já teve oportunidade de observar, nomeadamente, no Parque das Nações, e nunca viu uma fila tão grande nas outras carreiras como existe na 4701. E aquilo a que têm assistido, é que, provavelmente, existe o mesmo número de utilizadores para as carreiras que vão para o Montijo, existe o mesmo número de utilizadores para as carreiras que vão para Alcochete.

Já teve, inclusive, relatos de alguns utilizadores regulares desta carreira de que, sempre que existe filas significativas nas carreiras que vão para o Montijo e para Alcochete, existe, rapidamente, a chegada de novos autocarros, para suprimir essa necessidade, e na Moita isso não acontece, e por isso era importante também perceber o que é que a Câmara está a fazer no que respeita a este tema, porque continuam, novamente, a receber informações por parte dos munícipes de que existe essa dificuldade ainda.

Depois, queria só fazer aqui duas observações, no que respeita às atividades que foram feitas também por parte da Câmara, nomeadamente, elogiar a colocação dos novos bancos e papeleiras no parque municipal e na marginal, porque acha que são locais que precisam de ser renovados, constantemente, para dar, claramente, uma nova aparência aos espaços. Era bom que conseguissem fazer em muito mais sítios do município, mas já é bom terem começado por algum lado, por isso também deixar aqui os parabéns à Câmara pela tomada desta decisão.

E depois, também ficou bastante surpreendido, pela positiva, no que respeita à parte da recuperação do património abandonado que tinham no concelho. Já tinha ficado com alguma ideia de que existia aqui um claro objetivo, por parte deste executivo, no que respeitava a esse tema, nomeadamente, da recuperação desse património, quando decidiu dotar a União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos da recuperação do moinho do Gaio, e agora ficou ainda mais surpreendido, pela positiva, porque já estar a decorrer as obras no moinho da Moita. Acha que são patrimónios que não podem deixar ao abandono, são um património que conta a história do município, e por isso acha que é muito importante investir, claramente, nessa recuperação.

Deputado Pedro Mateus do Grupo Municipal do PS

Senhor Presidente, passou dois anos e meio desde a tomada de posse dos órgãos autárquicos, e queria aqui destacar, e até saudar, o que foi feito de positivo pelos trabalhadores desta autarquia, desde logo, e todos estão recordados, nas primeiras sessões da Assembleia Municipal, em que o Senhor Presidente até falou que havia trabalhadores que tomavam as suas refeições nas secretarias, e foi mesmo o senhor Presidente que acabou por resolver essa situação, da construção de uma copa, como também foi a remodelação dos balneários, como, neste momento, também existe já um projeto para o alargamento do refeitório.

Tudo isto, veio trazer mais dignidade aos trabalhadores desta autarquia, e também é preciso não esquecer, como nas primeiras sessões o senhor Presidente também abordou aqui a questão do prémio de penosidade e insalubridade, que havia trabalhadores que não tinham sido contemplados, e que abrangeu mais categorias profissionais, e também a admissão de novos trabalhadores, e que, em 2 anos, este atual executivo tinha admitido mais trabalhadores do que o anterior executivo em 4 anos, e isto é preciso frisar.

Há também aqui a aquisição de equipamento e viaturas, muitas encontravam-se obsoletas, outras para reparar, será que nunca ninguém tinha tomado atenção a estas situações, será que não havia aqui ninguém, não havia representantes de organizações representativas dos trabalhadores desta autarquia que olhavam para estes pontos? Não sabe, mas foram também colmatadas algumas dessas faltas de equipamentos e viaturas, foi adquirida uma viatura elétrica para a recolha de biorresíduos, foi adquirida uma viatura de saneamento de alta pressão, foi adquirido um cilindro manual, um destrocador de cecos, uma retroescavadora, uma plataforma elevatória, e todo este equipamento fazia falta, e, quando não havia, alugava-se a empresa externas, e isso também foi dito aqui, várias vezes, pelo senhor Presidente.

Houve também uma preocupação de zelar pela integridade física dos trabalhadores, na aquisição de equipamento de proteção individual, que tanta falta faz aos trabalhadores para evitar aqueles acidentes, também foi aqui referido que houve consultas de nutrição, também as empresas externas contratadas que, no fundo, ajudam a aliviar as tarefas desempenhadas pelos trabalhadores, que é muito importante também.

Há também uma preocupação na formação, e que também nos últimos 2 anos se investiu tudo, nos últimos dois orçamentos, e lembra-se até da senhora Vereadora estar a falar nisto, que foram as maiores rubricas que aconteceram nesta autarquia, como também se referiu aqui um protocolo com a Universidade Aberta, no fundo, para qualificar os trabalhadores. Há um reconhecimento da parte deste executivo por essa mesma qualificação dos trabalhadores, e isto é muito importante, porque toda esta situação nunca existiu no passado.

Mas, isto não é feito por acaso, está no ADN do Partido Socialista, isto não é exclusivo de ninguém. Tudo isto que está aqui é uma realidade, e o que acontece é esta realidade, por tudo isso, acha que faz todo o sentido continuar com esta postura em prol dos trabalhadores, no fundo, reconhecendo o seu

mérito, e só para dizer aqui um aparte, existem locais próprios para as coisas, tirando o espetáculo político, não compreendeu porque é que veio aqui uma trabalhadora expor o seu caso, que pode e deve, obviamente, aqui podem ser trazidos todos os casos, mas não compreende, porque há locais próprios para isto dentro desta autarquia, há locais para reunir com a senhora Vereadora, com o senhor Presidente, e tirando o mediatismo e o espetáculo político, não encontra outra razão para vir aqui uma trabalhadora expor um caso que, não sabe se era porque queria passar à frente dos outros, se não.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Em relação ao que o Deputado Daniel Serpa referiu, foram informados que, realmente, essa situação da fila muito grande de espera, no Parque das Nações, é uma questão que vai ser resolvida porque, até nas últimas carreiras, vão estar sempre autocarros para fazer o desdobramento da última carreira para não ficar ninguém à espera, que é mais uma daquelas questões que têm sido acompanhadas, e que está a ser resolvida.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao Presidente da Câmara Municipal para “em três segundos” prestar os esclarecimentos às questões colocadas com a máxima brevidade.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Visto que o Deputado Municipal João Figueiredo se arrogou o direito de responder a uma questão feita à Câmara Municipal, quiçá a pensar no futuro, mas cada coisa a seu tempo, e querer podem querer muita coisa, mas não se esqueçam que, primeiro, há que continuar a trabalhar, e a prova que é dada é estarem a fazer aquilo que fazia muita falta ser feito.

Dito isto, agradecia que não interrompessem a sua intervenção, estão no momento da Câmara, e teve o cuidado de não interromper ninguém, e ouviu quieto e pacientemente todas as intervenções, fez as suas anotações e está-se a preparar para responder, da melhor forma possível, às questões colocadas. Se não gostarem das respostas, ou se queriam que as respostas fossem outras, não lhes dá o direito à falta de educação que, muitas vezes, vêm grassar neste espaço, e em muitos momentos.

Agora, tocando aqui em alguns pontos que foram falados, pelo senhor Deputado Municipal Elvis Freitas, e pela senhora Deputada Municipal Fernanda Gaspar, que falavam na questão dos new jersey, que são os balizadores em betão que visam garantir as pessoas que circulam, quer de bicicleta, quer a pé, naquele espaço de ciclovia, mas como podem ver, e se andarem, efetivamente, no concelho, e não for só uma questão de retórica, fizerem, experimentem andar no concelho a pé, circulem a pé pelo concelho, virem, se calhar, desde o Vale da Amoreira, ou da Baixa da Banheira até ao centro da Moita, experimentem fazê-lo, o próprio já fez o concelho a pé, de uma ponta à outra, e faz muitas vezes, anda nos locais, vê, fala e conversa com as pessoas, e percebe que, visualmente, possa causar alguma incomodidade a algumas pessoas, não é solução mais bonita, mas é aquela que dá segurança àquelas pessoas que ali circulam.

E, para já, dizer que, naquela via junto à Fonte da Prata já morreram ali pessoas, em vários atropelamentos, por isso, como Presidente, e cada um, nos lugares que ocupa, está, sente-se e pode se sentir confortável com esta ou aquela opção, e fará o que entender, agora o próprio, enquanto estiver aqui sentado, não se sentiria confortável ao ser informado que houve mais um atropelamento na ciclovia, e que o resultado tinha sido a morte de uma pessoa, porque com isso não se sentiria confortável.

Quanto aos perigos para veículos, desta ou daquela na natureza, se fossem rails é que seria complicado. E não sabe se a senhora tem mota, se não tem mota, nem tem que ter, mas a solução que que estava anteriormente, se as motas tivessem que desviar por algum momento, que é a situação que está a caracterizar, e fossem para aquele sítio onde tinham, espaçadamente, aqueles obstáculos no chão, aqueles bocados de lancil ali metidos, certamente, daria um acidente grave, porque a pessoa iria raspar, e a senhora não sabe, mas a pessoa, se caísse de mota e fosse contra um daqueles obstáculos, iria raspar como se fosse uma serra dentada, por cima de todos aqueles obstáculos que estavam ali ao lado da ciclovia. Mas não tem, não tem que ter, não tem que saber o que é que isso é, e deseja que nunca tenha qualquer experiência nesse sentido.

O Deputado Elvis Freitas falou aqui nas questões da mobilidade, nomeadamente, o viaduto da A33, o que lhe pode dizer é que a Câmara Municipal, por seu interesse, por interesse do município, das pessoas que aqui moram, logo na tomada de posse do atual Governo, do PSD, pediu uma reunião ao ministro das Infraestruturas, por isso estão a aguardar que o senhor Ministro lhes responda, e responda

curial e favoravelmente, para que possam reunir e debater os interesses que o município tem sobre as mais diversas áreas e as mais diversas matérias. Ficam a aguardar, sabem que o Governo tomou posse ainda há muito pouco tempo, por isso a resposta do senhor Ministro ainda não está fora de tempo. Acreditam, ou esperam, que a resposta venha em breve, e o que lhe pode dizer é que não esperaram e, certamente, terão sido dos primeiros a enviar um pedido de reunião, que agora aguardam com interesse, mas com a devida serenidade, porque, como disse, o Governo ainda tomou posse há muito pouco tempo.

Agora respondendo àquilo que o 1º Secretário, Deputado António Chora, relativamente à EDP, certamente, por algum motivo de desatenção, não ouviu a resposta que deu ao munícipe que veio aqui colocar essa mesma questão, e a resposta foi clara e inequívoca e vai voltar a responder. Não existe qualquer dívida. Escusam de entrar em campanhas, como tem visto várias, nomeadamente, uma que achou particularmente gravosa e acintosa, como foi aquela que foi falada relativamente à hipotética falta de leite nas escolas, quando nunca, da parte da Câmara Municipal da Moita, houve falta de resposta no que diz respeito ao leite nas escolas.

E, quando foram confrontados com essa situação, sobre essa notícia, inquiriram de imediato, e perguntaram de imediato aos diretores da escola o que é que se estava a passar, porque da parte da Câmara Municipal havia leites, continua a haver leites, e os interesses das crianças do concelho devem prevalecer sobre tudo, e não é para ser chicana política, nem arma de arremesso de ninguém, por isso quem o fez e quem participa nessas coisas, diz muito àquilo que vem e aquilo que representa. Por isso, também aqui deixar claro, da mesma maneira que houve uma tentativa de aproveitamento político relativamente a uma situação, que também foi completamente lateral à Câmara Municipal, que foi a do centro de saúde da Moita.

Depois, respondendo aqui a uma questão que lhe foi colocada, acredita que, neste caso, e também tenta ser claro e sucinto, mas aqui, se calhar, foi falta de perceção, os contratos a que se referia era de calcetamento, os 2 contratos, os 2 lotes, eram relativos a calcetamento porque, e volta a referir, a Câmara Municipal não tem um número muito elevado de calceteiros, sabem que é uma profissão que, cada vez mais, carece de pessoas e, hoje em dia, não são todos os jovens que se decidem dedicar a esta prática. Por isso, a Câmara resolveu concorrer e, neste caso, contratualizar serviços externos, porque é complexo ter trabalhadores nessa área, e estes 2 lotes é mesmo para solucionar e apoiar as equipas da Câmara que, neste caso, são poucos e que não conseguem chegar a todo o lado, e era esta referência que queria deixar aqui.

Depois, ainda respondendo ao senhor Deputado Municipal João Faim, sim, existe um grande custo de oportunidade, sabem bem, e para este executivo que está há 2 anos e 5 meses à frente da Câmara Municipal com esta responsabilidade, sabem bem os custos de oportunidade, que eram coisas que, há muito tempo, podiam ter sido resolvidas, porque não precisavam ter chegado ao estado em que chegaram, e que agora está cá este executivo para as resolver.

A situação, neste caso, dos problemas verificados na rua São Sebastião, são um dos casos mais flagrantes do custo de oportunidade, porque aquela situação não está assim só de agora, antigamente costumavam ter problemas quando chovia muito, mais atrás, quando se vai a subir, junto à escola, eram problemas constantes, e toda a gente sabia que, mais tarde ou mais cedo, aquilo tinha que ser intervencionado.

O PS, quando estava na oposição, fez referência a isso, na campanha eleitoral fez referência a isso, quando chegaram cá estavam a desenvolver um projeto para o resolver, mas, como disse, e reafirma, não tinham, porque não tinha sido feito ainda nenhuma inspeção, por nenhuma entidade externa, da extensão e da dimensão do perigo que aquilo representava, no estado em que estava.

E, o mesmo serve para responder, neste caso, ao Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, quando aqui refere a situação do moinho, porque o senhor Deputado João Figueiredo, introduziu, na reunião passada, uma narrativa falsa, que seria porque este executivo queria pôr os passadiços que era necessário intervencionar os pilares do moinho de maré. Não é por conta dos passadiços, e que fique aqui bem claro, não é por conta dos passadiços, com ou sem passadiços, as arcadas têm que ser intervencionadas, porque senão aquilo que os seus antepassados lhes deixaram será reduzido a um monte de escombros. Mais uma vez, por custo de oportunidade, e aí é obrigado a concordar com o Deputado Municipal João Faim. Custo de oportunidade porque, se já tivessem intervencionado isto há mais tempo, se calhar, agora, era mais simples, mas também por algum motivo a população soube dar a resposta em devido tempo.

Relativamente a outras questões relacionadas com o ensino deixará para o Vereador António Carlos Pereira responder, relativamente ao programa da deservagem, aos monos e outras situações deixará pra a Vice-presidente Sara Silva responder.

E, só para reafirmar aqui uma situação, ainda relativamente à questão do convite ou da falta de convite, todas as iniciativas que inauguram ou culturais que fazem, enviam convites para todos os vereadores, conforme é protocolar, enviam o convite para o senhor Presidente e para os demais autarcas, e se, por algum motivo, não foi dada essa instrução para estarem lá no dia da inauguração, terão isso em atenção nas próximas vezes.

Agora, relativamente à acusação que o Deputado João Figueiredo faz à Câmara, neste caso, dos eleitos da CDU não estarem nas fotografias, o caricato a que isto chega é que, muitas vezes, é o Presidente da Câmara Municipal que tem de sinalizar aos vereadores para se aproximarem, porque fazem parte do executivo. Se os vereadores não se aproximam do executivo, e que até pode dizer que, para si, até foi desconfortável, aquando da inauguração do CROAE, estar a sinalizar para que se aproximassem porque estava ali uma entidade, neste caso, o Bispo de Setúbal, o Cardeal, também na inauguração, e a fazer sinal às pessoas para que se pudessem aproximar, e quiseram, deliberadamente, estar distantes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Neste momento, perante manifestação de que os vereadores da CDU nem sequer tinham estado presentes, porque estavam a trabalhar, pediu o favor de não entrarem em diálogo.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

O que pode dizer é o seguinte, e não vai fazer uma pergunta porque não entra em diálogo com a Assembleia, verificou que ao contrário de quando estava na oposição, conseguiu estar 4 anos sem ter este tipo de comportamentos, enquanto vereador, e regista este tipo de comportamentos, mas lembrar, e também deixar claro, que o executivo da Câmara da Moita não se resume aos eleitos da CDU. Se os eleitos da CDU não puderam estar presentes, também estas situações não se remetem só para estes momentos, e podem ver os vários momentos, desde a inauguração da coleção Régia no moinho de maré, onde aí estavam vereadores da CDU, que também não se quiseram juntar, mas é preciso ter memória, e pode começar aqui a fazer referências.

Quando foi a coleção Régia também não se quiseram juntar, e estavam lá, já não podem dizer que foi dia de trabalho e que não estavam. Estavam lá, agora, os motivos porque não se quiseram aproximar, também não sabe, se calhar, não gostavam da coleção.

Agora, indo aqui a outras questões, porque são tantas as coisas, e tantas interrupções, que quase acabava por não responder ao Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, relativamente a uma matéria que colocou, e que é bastante pertinente, a casa de sal no parque das Salinas, em Alhos Vedros, a Câmara pode, efetivamente, proceder a esse trabalho de pintura, mas o que estão a fazer, neste momento, e é do conhecimento e pode fazer chegar, lançaram um projeto ao mesmo projetista, porque à aquelas questões de direitos autorais, relativamente à requalificação do atual parque, como um todo, porque aqui havia muita aquela ideia de fazer intervenções casuísticas, assim ao “levar da pena”. Não.

Nas intervenções, como veem aqui na página 202, fazem projetos, antes de fazerem as coisas fazem projetos, não intervêm de forma de forma casuística, e isso já era visível no relatório e contas e também é visível nestes documentos. A Câmara não avança para trabalhar de forma casuística, o parque, como um todo, como já se viu, tem muitos anos, está altamente degradado e quando for necessário, e é necessário fazer uma intervenção, é necessário fazer uma intervenção como um todo, ainda que possa ser feita por fases, tem que haver um projeto para intervir.

E aqui, salientar as palavras do Deputado Daniel Serpa, sim, vão continuar a falar e a fazer pressão junto da Amarsul, para que a recolha seja mais bem feita, relativamente à TML, o Deputado João Figueiredo não mencionou, mas poderia ter mencionado que a Câmara Municipal, ativamente, tem feito enorme pressão junto da TML, para resolver também este problema em Lisboa, e o que está programado, e não sabe se lhes foi transmitido ou não em reunião, acredito, e tem em boa fé, que terá sido transmitido que a Câmara Municipal já se disponibilizou para ir com a administração da TML ao local, porque dizem que está tudo bem, mas o que é certo é que o que veem, e pelos relatos que chegam, é que as coisas não estão bem.

Então, vão todos ao local, tenham a coragem, a administração da TML e a Câmara Municipal, de ir ao local, à noite, depois da hora normal de expediente de muitos, o do executivo é quase 24 sobre 24 horas, têm que estar sempre disponíveis para desenvolver trabalho, assim alguma coisa apareça, e irem lá ver, com os seus próprios olhos, e é isso que está preconizado.

Por último, para responder aqui ao senhor Deputado Municipal Humberto Rosa, e também ao 1º Secretário, Deputado António Chora, relativamente à Dekra, uma vez que é recorrente este assunto

sobre o que é que se passa com a Dekra, indagou os serviços sobre o que se passava, não fosse a pergunta surgir um dia destes, e importa informar que “o pedido ao nível do cumprimento ou incumprimento do PDM, considerou o seguinte, estão em causa um prévio destaque de uma parcela de terreno (despacho de deferimento do Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia, de 14/04/2019), à dação por parte de um particular, a título gratuito, de uma parcela de terreno destinada a um arruamento (deliberação da Câmara de 27/11/2019), a aprovação de um projeto (PO 78/2019), destinada à construção de um edificado para inspeções de veículos automóveis da marca Dekra, e o licenciamento da respetiva obra.

A pretensão abrangida pela Unidade Operativa de Planeamento e Gestão nº8, cuja formação de execução deverá ser por via de um plano de pormenor, ou projeto de loteamento, que deverão definir a rede viária do conjunto, a distribuição dos equipamentos coletivos e as áreas destinadas a espaços verdes, nos termos da alínea c), do nº 8, do artigo 58º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Moita. Considerando que, na área em causa, não existia um plano de pormenor eficaz, ou em elaboração, nem projeto de loteamento, nos termos das normas supletivas definidas no artigo 62º do Regulamento do PDM, para os solos de urbanização programada, que apenas se admitem obras de conservação e de beneficiação, entende-se que o projeto da obra referenciada não tem enquadramento no PDM.”

Até aqui, acha que estão todos a compreender, mas se alguém tiver dúvidas, pode ler novamente, “não cumprindo, assim, as normas legais e regulamentares aplicáveis” - espera que continuem entendidos relativamente a esta matéria – “nos termos dos restantes pontos, que têm em vista investigar e aferir as condições de aprovação do projeto em causa, assim como apontar os procedimentos a seguir pela autarquia, deverão os mesmos ser avaliados, no âmbito de uma auditoria, composta por auditores qualificados independentes, que possuam conhecimento e experiência nesta matéria”, coisa que irá mandar fazer.

Espera que estejam todos entendidos sobre esta matéria, e se os senhores deputados municipais assim o entenderem, envia esta resposta por escrito, porque, muitas vezes, dizem que não o querem fazer, e pode fazer chegar também esta resposta por escrito, de igual forma que têm feito chegar outra documentação. Como disse, as atitudes ficam para quem as pratica, é impossível varrer tudo para debaixo do tapete, mais tarde ou mais cedo, as coisas são afloradas e ficam a saber-se.

Dito isto, passo a palavra à Vice-presidente Sara Silva para falar dos pontos que não referiu e que foram colocados nas áreas da sua responsabilidade.

Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva

Começa por esclarecer as questões levantadas pelo senhor Deputado João Figueiredo, até porque, num relatório de 250 páginas, a única coisa que o senhor Deputado João Figueiredo refere são as siglas mais perceptíveis, ou menos perceptíveis, e o facto de as redes sociais ocuparem 4 páginas no relatório, portanto, isto é, evidentemente, um grande feito.

Depois, também dizer, e em complemento àquilo que já foi respondido, nomeadamente, pelo Deputado Pedro Mateus, quando refere, para além daquilo que a Câmara fez a nível das outras áreas, também a área dos recursos humanos, e que vem referido também neste relatório, e que é também importante falarem sobre o relatório que está em discussão nesta reunião, e respondendo também à Deputada Fernanda Gaspar, dizer que, quando utiliza uma expressão qualquer do género, a dizer que deverão valorizar os recursos humanos, na realidade, não fizeram outra coisa nestes dois anos e meio, e quando refere a questão das avenças, não só diminuíram as avenças em número, como também em valor.

E por falar em valorizar os recursos humanos, e na sequência também daquilo que já foi dito, ainda na semana passada, 35 trabalhadores receberam o certificado de habilitações equivalentes ao 9º ano, num incentivo nítido à qualificação, e estão a decorrer 38 frequências, também para adquirirem essa formação ao nível do 9º ano e do 12º ano, e também dizer, para terminar, que ao nível dos recursos humanos, para além da formação, vêm 10 estágios curriculares aqui referidos neste relatório, só neste primeiro trimestre, que proporcionaram a jovens que vieram ter com a Câmara para perceberem também a integração no mercado de trabalho.

Também nestes dois anos e meio admitimos mais de 240 trabalhadores, portanto, é também uma nítida aposta nos recursos humanos e, para além disso, também promoveram e deram oportunidade a 48 trabalhadores, com mobilidade intercarreiras e intercategorias, numa clara resposta, e em reposição da verdade, quando aqui hoje já foi dito que não apostavam nos recursos humanos e não davam a possibilidade de mobilidade intercarreiras. Aqui têm a prova, e isto é, de facto, uma aposta nos recursos humanos e um valorizar dos recursos humanos.

Continuando com esclarecimentos, e respondendo aqui de uma forma mais geral, à Deputada Fernanda Gaspar e também à Deputada Teresa Lésico, que vieram aqui a colocar a questão das ervas, e que há muitas ervas, e dos monos, na realidade, gostava muito de poder afirmar que não tinham no Concelho, mas nem aqui o pode afirmar, nem nenhum município o pode afirmar, porque, na realidade, aquilo que têm mais são ervas e, de alguma forma, é quase impossível controlar em todas as ruas, a não ser que tivessem uma equipa em cada rua para controlar essas ervas.

De facto, a questão dos monos, e tem aqui à sua frente um relatório da atividade que vai até dia 10 de Abril, feito pelos serviços, que lhe dizem que, no serviço de higiene urbana, os resíduos urbanos indiferenciados são feitos de segunda-feira a sábado, em dois períodos, um à noite e outro durante o dia, em 7 circuitos. A recolha de verdes e resíduos volumosos é feita por uma equipa externa e duas equipas internas, e a recolha de resíduos de construção é feita semanalmente. Para além disto, têm uma prestação de serviços também de reforço a resíduos volumosos, a recolha seletiva de bio resíduos, lavagem de contentores, recolha e reforço, e vai entrar o reforço de verão também.

Para além disso, a higiene urbana faz também a recolha de óleo alimentar, recolha de equipamentos elétricos e eletrónicos, têm 4 ecocentros móveis à disposição de todas as freguesias, e têm também a varredura manual e mecânica.

A limpeza, corte de ervas e desmatção está a ocorrer em todo o concelho, com 2 empresas externas, que atuam nos bairros e no centro das localidades, e 2 a 3 equipas internas. Para além disso, fazem também outras atividades de desinfestação, em todo o concelho, a remoção de veículos e uma sensibilização ambiental.

Tudo isto que tem aqui vem no relatório de atividades do serviço de higiene urbana, e não tem conhecimento, à data, de que tenha havido algum constrangimento na recolha de monos, portanto, o que, provavelmente, acontece, e isso muitas vezes é reportado, é que também as pessoas não respeitam aquilo que é a deposição no sítio certo e na data correta para que os serviços possam, efetivamente, fazer uma recolha eficiente e eficaz. E isso é-lhes reportado pelos trabalhadores e é uma preocupação que têm, de facto, e mal seria se não fosse, porque, na realidade, aquilo que todos querem é ter um concelho exemplar a nível da higiene urbana.

Portanto, também aqui têm feito algum esforço, e está em curso uma campanha de sensibilização ambiental, que vai para além daquilo que é a sensibilização mais próxima de todos os munícipes, é também com outdoors que querem chamar a atenção, porque, na realidade, as ruas querem-se limpas e o lixo não pode ser abandonado conforme lhes apetece, e se há pessoas que cumprem, também há, de facto, pessoas que não fazem esse trabalho que deveria ser também imputado a cada pessoa. E, com isto, diz que a recolha dos verdes também é feita porta a porta, com os biorresíduos, em contentores coletivos, em já algumas áreas do concelho, e também pode ser depositado junto aos contentores e recolhidos junto com os monos.

Dizer que isto tem sido um esforço, dos bio resíduos que vem também dar aqui uma lufada de ar fresco àquilo que era a grande aposta nesta sensibilização e nesta valorização, e, de facto, a proteção do ambiente, porque têm metas muito exigentes pela frente, estão a caminhar com os bio resíduos, a chegar a bom porto e a fazer, todos os dias, um bocadinho mais do que aquilo que já tinham feito.

Dar também nota ao Deputado Humberto Rosa, sobre o sítio das marinhas, que foi retirado aquele contentor, e em boa hora foi, porque já estava completamente ultrapassado para a paisagem que querem para o concelho, e ali, precisamente, naquela zona privilegiada, onde vão iniciar o birdwatching precisavam de uma coisa sustentável, adequado ao espaço nobre que é o sítio das marinhas, e puseram aquela vedação também um pouco por proteção, mas que vai estar aberto ao público de forma normal, as pessoas podem circular à vontade, a única coisa que fizeram foi proteger aquele sal que, futuramente, irá ser certificado, e é para isso que estão a caminhar e muito querem, portanto, tiveram que começar por um trabalho que foi agora iniciado, e que querem muito que em breve esteja terminado, pelo menos, aquela parte da requalificação.

Falta dar nota que os contentores estão a ser substituídos, e alguns reparados, porque, de facto, tinham essa preocupação de que havia alguns que estavam em mau estado, e em boa hora também os trabalhadores os vão alertando para aquilo que vão vendo no concelho, portanto, também aí vão estando alertas e a fazer essas substituições. Quanto aos autocolantes, vai fazer também parte daquela campanha de sensibilização, onde vão, de facto, reforçar esse apelo à população, porque têm um papel a nível da proteção do ambiente e cabe a cada um também contribuir.

Depois, respondendo ao Deputado Daniel Serpa, dizer que a reunião com a TML, que ocorreu há algumas semanas atrás, também de acordo e na sequência daquilo que vinha sendo apresentado nas últimas sessões da Assembleia Municipal, porque havia aquela preocupação de que continuavam os constrangimentos na carreira 4701, e que os próprios também verificaram, e que também não podem

“assobiar para o lado”, como se costuma dizer, e têm que fazer, de certa forma, aquilo que é o seu trabalho, e o trabalho foi feito, chamaram cá e estão em permanente contacto, para além de todas as semanas enviarem essa relação de reclamações para a TML, com o conhecimento do engenheiro Rui Lopo, que também tem sido, de alguma forma, muito prestável, e sempre atento àquilo que são as suas preocupações, e têm tido uma boa relação com a TML.

Não quer com isso dizer que não façam pressão e não exijam aquilo que têm que exigir para bem do concelho, e é precisamente essas exigências que têm vindo a fazer. Já de si, fizeram, nessa reunião, um balanço daquilo que foi o ano de 2023, que o Deputado João Figueiredo também já deu aqui nota da reunião que também tiveram, que foi o aumento significativo dos passageiros, e ainda bem que assim é, porque é sinal que as pessoas também têm essa preocupação de utilizar os transportes públicos, e é isso que querem, mas também querem que eles tenham capacidade, porque aquilo que hoje é uma realidade deixa de o ser amanhã, e têm que ir sempre adaptando os transportes às realidades atuais dos concelhos, e isso também é uma preocupação do município da Moita.

E também fizeram, de certa forma, uma pressão na TML, e apresentaram algumas propostas de alterações para algumas carreiras, já de si os ajustes aos horários dos comboios, as alterações de percursos para abranger mais pessoas, nomeadamente, na carreira que serve a escola profissional da Moita, que acham que está, de alguma forma, subaproveitada e que pode ser mais abrangente, também para as populações que moram lá ao lado da escola, também com a colocação de mais paragens.

Foram estas as preocupações que transmitiram, para além de que teria que haver um reforço na carreira 4701, e obtiveram da TML um compromisso, em que nos próximos meses, nomeadamente, também por alguma pressão que fizeram, vai haver carreira expresso a partir da Moita diretamente, naqueles horários mais complicados, porque também conseguiram que houvesse uma sensibilidade da parte da TML em ver o ponto de vista da Câmara, portanto, também já conseguiram que, muito em breve, vá passar a haver carreiras expresso também da Moita, o que muito os orgulha, por terem conseguido também, de alguma forma, esta mais-valia para o concelho.

Em relação à Amarsul, dizer que, na sequência daquilo que saiu, precisamente, da tomada de posição da Câmara na reunião de aprovação das contas, que o senhor Presidente participou, e, de facto, foi posto em cima da mesa a questão da recolha regular, porque havia necessidade de recolha regular por parte da Amarsul, e não foi só por isso. No dia 19 de dezembro, enviaram uma carta que, passado 4 meses, não tiveram qualquer resposta, e foi, precisamente, por essa ausência de resposta, que marcaram e aceitaram a reunião com a Amarsul, porque era importante também importante pedir justificações pela ausência de resposta.

De facto, foi uma reunião muito proveitosa da parte da administração da Amarsul, que também entendeu os pontos de vista da Câmara, e também aqui marcaram posição, ao dizer que têm que ter no concelho a substituição dos contentores, com maior capacidade em pontos críticos, porque a Câmara fez esse trabalho, foram para o terreno, puseram as suas equipas e os seus trabalhadores, que foram incansáveis neste trabalho, na identificação das áreas mais críticas e que requerem contentores de maior capacidade. E foi isto que transmitiram à Amarsul e é isto que vão controlar nos próximos meses para terem uma resposta efetiva.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Conforme tinha dito, vai passar a palavra ao Vereador António Carlos Pereira para falar das questões da escola que foi aqui colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, e também a Vereadora Anabela Rosa, porque frisaram a questão dos bancos, e não foi só nestes locais, foram mais, para clarificar estas questões.

Neste momento, perante a indicação do senhor Presidente da Assembleia que só dispunham de um minuto, disse que a condução dos trabalhos e o tempo que é dado a cada um, compreende, a Câmara é que não pode depois ser cortada no seu tempo e na sua capacidade de resposta, passando também uma ideia, que não é verdade, de que não queremos responder, e só para deixar aqui claro uma coisa que faltou, e acrescentar ao que foi dito pela Vice-presidente Sara Silva, porque é importante que as pessoas saibam, e é sempre de lembrar, que têm um ecocentro em Alhos Vedros, da Amarsul, e que as pessoas, quando esvaziam as suas habitações, e não estão a falar daquele móvel que se troca no fim de semana em suas casas, que substituem uma prateleira por outra, uma cadeira por outra, frigoríficos não porque têm um encaminhamento próprio, mas pessoas que, pura e simplesmente, compram a casa e tiram todo o mobiliário que está lá dentro e o põem cá fora, ou vão a uma garagem, tiram tudo que está dentro da garagem e põem cá fora, uns até se dão ao trabalho de pôr ao pé dos caixotes do lixo, outros, como foi um caso que lhe mandaram, em que, pura e simplesmente, puseram

no meio de um espaço qualquer, no meio da avenida José Almada Negreiros, e a pessoa em questão, segundo informações que lhe deram, estará identificada, e deu indicações para que fosse lá a fiscalização proceder ao cumprimento do regulamento municipal, para que, se se verificar isso mesmo, seja levantado o auto e aplicadas as devidas coimas, porque isto não pode ser assim.

Querem apelar às pessoas para que haja civismo, e lembrar, uma vez mais, que para situações dessas existem empresas especializadas, que até vão à casa das pessoas e, muitas vezes, recolhem o mobiliário de forma completamente gratuita, e se não quiserem, também tem o ecocentro da Amarsul, que fica em Alhos Vedros, para fazer esse depósito, esse tipo de comportamento é que não é socialmente admissível.

Dito isto, vai passar a palavra ao Vereador António Carlos Pereira.

Vereador da Câmara Municipal, António Carlos Pereira

Respondendo então ao Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, sobre o alargamento do ensino secundário na escola José Afonso, estão a caminhar para que se concretize, a dar os passos certos, lado a lado com o agrupamento de escolas, com o senhor diretor e a sua equipa, com o conselho geral, com a associação de pais, já levaram a proposta ao Conselho Municipal de Educação para ser, também nesse órgão, ratificado e validado para o fim a que se propuseram, também concretizar este desejo que é de há muito na vila de Alhos Vedros, ter ali um ensino secundário, para que possam reter e cativar os seus jovens, os seus talentos também, para que possam ficar naquela escola, terem ali uma solução, que sabem que só ia até ao 3º ciclo, e é neste contexto que acreditam que, em setembro, estarão em condições de ter 2 turmas.

Inicialmente, estavam a apontar para uma turma, mas têm feito aqui algum trabalho também com o senhor delegado regional da DGEST para poderem ter 2 turmas, porque já perceberam que podem ter ali 2 variantes a nível dos cursos científico humanísticos e de ciências e tecnologias, portanto, é nesse contexto, obviamente, que a parceria com a Junta de Freguesia, que foi, também desde a primeira hora, um parceiro ativo para o concretizar, portanto, é um sonho de muitos e acreditam que vão ter este investimento também nestas gerações que possam ter ali o ensino secundário, na Vila de Alhos Vedros.

Também aproveitando, rapidamente, para dizer que esta semana tiveram 15 jovens, alguns da Quinta da Fonte da Prata, outros do Vale da Amoreira, também nos ensinos básicos de 3º ciclo e secundário, estiveram no Parlamento Europeu, a convite do Eurodeputado João Albuquerque, e tiveram também nesta experiência, que pensa que é uma forma também de celebrarem e comemorarem os 50 anos de Abril, com estas com estas oportunidades e com estas perspetivas também destes jovens que desenvolvem as suas atividades em projetos comunitários, e que também possam ter estas possibilidades de conhecer esta casa da democracia em Bruxelas, e tiveram com os seus monitores nesta oportunidade.

Também numa semana de investimento, onde houve as primeiras bolsas, porque o município se associou a uma entidade local, que é um investimento que estão a fazer, e esta é que é a atividade municipal, é o investimento que estão a fazer nas gerações, aquilo que foi hoje 2 candidaturas a 184 vagas de creche, o investimento na primeira infância, portanto, é isto que importa, é isto que é a atividade, é isso que importa para a esta geração e para o futuro do concelho.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Pediu para passar a palavra à Vereadora Anabela Rosa para, rapidamente, àquela questão.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu desculpa, mas não pode dar mais tempo, por isso, ou a reunião vai continuar noutro dia ou termina aqui.

Neste momento, perante solicitação do Deputado João Figueiredo que pretendia que a Câmara desse resposta à sua questão sobre quem foi o artista que fez o desenho na parede do CROAE, pediu ao presidente da Câmara Municipal para prestar essa informação.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Pede desculpa, mas a bem da democracia não pode tolerar duplicidade de critérios. Ou bem que é dada a palavra à Câmara para responder ao que falta e, neste caso, é a Vereadora Anabela Rosa, que poderá dar a resposta ao que o Deputado Municipal João Figueiredo colocou, ou então dará por terminadas as respostas da Câmara, o que não pode aceitar é duplicidade de critérios.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Nesse caso, permitiu que passasse a palavra à senhora Vereadora Anabela Rosa.

Deputada Fernanda Gaspar do Grupo Municipal da CDU

Disse que queria fazer um ponto de ordem à Mesa.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Disse que já é 01:06, portanto, a reunião devia terminar. Se a Assembleia permite e quer continuar mais 20 minutos, tudo bem, senão têm que encerrar aqui e continuam outro dia, o que acha que é um castigo para todos.

Por isso, é que diz que ou conseguem, ainda neste mandato, meter tempos nas intervenções ou garante que se vai embora, porque não está para aturar isto. As pessoas falam, falam, falam, falam e depois viram-se para si e perguntam “onde é que está no Regimento?” Já é 1 da manhã, o público devia ter 1 hora, teve 2, o período antes da ordem do dia, que hoje não houve, mas na última reunião, também devia ter 1 hora, teve 2. Não se respeita nada, mas a culpa deve ser do próprio, com certeza, porque não tem perfil, só que as pessoas que deviam ser sintéticas, não são, estão sempre a arranjar mais problemas, e depois um quer responder ao outro e o outro quer responder ao outro e o outro quer responder ao outro, e a esta hora também já não há munícipes a aturá-los em a vê-los em lado nenhum.

Realmente, foi pedido respeito uns pelos outros e não sei quê, e estão-se a respeitar? Isto é alguma coisa? À uma e tal da manhã ainda continuam nisto e em segunda reunião? Isto não é nada. Isto não é nada, porque falta falar uma pessoa da Câmara, depois falar uma pessoa também da bancada da oposição, depois falar também o líder do PS, portanto, está terminado.

Em seguida, deu indicação à 2ª Secretária para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

A ata em minuta da presente reunião foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião, era uma hora e quinze minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e quatro.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

António Duro

António Chora

Cláudia Fera

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA
XIII MANDATO 2021 - 2025
LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 20.04.2024 A 22.04.2024
EM CONFORMIDADE COM O Nº5 DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO

Nº	DATA	REMETENTE	ASSUNTO
042	22-04-2024	Miguel Francisco Amoêdo Canudo	Solicita a sua substituição na 2ª reunião da sessão ordinária de abril, no dia 22.04.2024
043	22-04-2024	Carmen Sofia Pereira Lima	Solicita a sua substituição na 2ª reunião da sessão ordinária de abril, no dia 22.04.2024
044	22-04-2024	João Fernando da Silva Soeiro	Solicita a sua substituição na 2ª reunião da sessão ordinária de abril, no dia 22.04.2024, e na Sessão Extraordinária Comemorativa do 50º Aniversário do 25 de abril de 1974
045	22-04-2024	João Daniel Baião de Brito Apolónia	Solicita a sua substituição na 2ª reunião da sessão ordinária de abril, no dia 22.04.2024
046	22-04-2024	Eduardo Jorge Meruje Teixeira	Solicita a sua substituição na 2ª reunião da sessão ordinária de abril, no dia 22.04.2024